



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE
PÚBLICA DE CERRO NEGRO/SC (PPR-ESP)**

CERRO NEGRO
31 anos

Prefeito(a) Municipal

Ademilson Conrado

Vice-Prefeito(a)

Adelar José de Moraes

Secretário(a) Municipal de Saúde

Adelar José de Moraes

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Valdair Antunes Pereira

Secretário(a) Municipal de Obras

Francisco Cerginel Rodrigues

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Jair Batista Martins

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Eloíse de Jesus Vanin

2023



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	25/05/2023	Versão inicial – V.1	1º Documento com 104 páginas
Revisão 1	30/11/2023		
Revisão 2	30/06/2024		
Revisão 3	31/12/2024		

Compartilhamento do plano

Local	Responsável	Nº do Processo
Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito	Ademilson Conrado	
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	Raélisson Oliveira Santos	
Secretaria da Assistência Social	Jair Batista Martins	
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	Francisco Cerginel Rodrigues	
Secretaria Municipal de Agricultura	José Erquemides Brunetta	
Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente	Valdair Antunes Pereira	
Secretaria de Educação Cultura e Turismo	Sandra Mara Conrado de Jesus	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Secretaria Municipal de Saúde	Adelar José de Moraes	
Câmara Municipal de Vereadores	Osmar de Moraes	
EPAGRI	Naor Brandão	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Vasco Brunetta	
Segurança Pública - Polícia Civil	Léo Milkievisk	
Segurança Pública - Polícia Militar	Sarg. Nilson Martins	
Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente	Taila Josiane Souza Silva	
Sindicato dos Servidores Públicos	Margarete Martins de Jesus	

Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Adelar José de Moraes	saudecerronegro@yahoo.com.br	(49) 3258-0003
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Eloíse de Jesus Vanin	eloise.14cn@hotmail.com	(49) 3258-0157
Gerente da APS	Kelly Crystiny da Silva	kellycrvssilva17@outlook.com	(49) 99944-5435
Diretora de Saúde	Andreza Raithz	andrezaraitz@hotmail.com	(49) 99925-7969
Coordenação APS	Juliana M ^a Bessegato	jmbessegato@bol.com.br	(49) 98848-1277



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria) – Eloise de Jesus Vanin
II. Secretário Municipal de Saúde – Adelar José de Moraes
III. Gerente APS – Kelly Crystiny da Silva
IV. Coordenador (a) APS – Juliana M ^a Bessegato
Colaboradores
I. Secretaria Municipal de Administração
II. Secretaria Municipal de Obras
III. Secretaria Municipal de Agricultura
IV. Secretaria Municipal de Assistência Social
V. Secretaria Municipal de Educação
VI. Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Revisores
I. Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria) – Eloise de Jesus Vanin
II. Secretário Municipal de Saúde – Adelar José de Moraes



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABS	Atenção Básica em Saúde
AC	Alta Complexidade
ACE	Agente Comunitário de Epidemia
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AF	Assistência Farmacêutica
AIDS/HIV	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida / Vírus da Imunodeficiência Humana
AMJ	Abril/Maio/Junho
ANA	Agência Nacional de Águas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Atenção Primária em Saúde
ART	Artigo
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CAD	Capacidade de Água Disponível
CADÚNICO	Cadastro Único
CASAN	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CENEPI	Centro Nacional Epidemiologia
CEPED	Centro Profissional de Educação à Distância
CGVAM	Coordenação Geral e Vigilância em Saúde Ambiental
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIES	Colegiado Intergestor de Educação em Saúde
CIR	Colegiado Intergestor Regional
CIS-AMURES	Consórcio Intermunicipal em Saúde - Associação dos Municípios da Região Serrana
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMHCN	Conselho Municipal de Habitação de Cerro Negro
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COBRADE	Codificação Brasileira de Desastres
COES	Comitê Operativo de Emergências em Saúde
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONPDEC	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CP	Calamidade Pública
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DANT	Doenças e Agravos Não Transmissíveis
DEZ	Dezembro



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIAF	Diretoria de Assistência Farmacêutica
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DVS	Diretoria de Vigilância Sanitária
EM	El Niño
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESF	Estratégia Saúde da Família
ESP	Emergência em Saúde Pública
ESPIL	Emergência em Saúde Pública de Nível Local
FECAM	Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina
FES	Fundo Estadual de Saúde
FIDE	Formulário de Informações de Desastres
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GM/MS	Gabinete Ministerial / Ministério da Saúde
GOV	Governo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Índice de Concentração
ICP	Índice DE Concentração de Precipitação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MC	Média Complexidade
MM	Milímetros
MS	Ministério da Saúde
NOAS	Norma Operacional de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH/SUS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no Sistema único de Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAS	Programação Anual de Saúde
PAVS	Programação das Ações de Vigilância em Saúde
PDR/SC	Plano Diretor de Regionalização de Santa Catarina
PIB	Produto Interno Bruto
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PNAF	Política Nacional de Assistência Farmacêutica
PNI	Programa Nacional de Imunização
PNM	Política Nacional de Medicamentos
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas p/ o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programação Pactuada Integrada
PPR	Plano de Prevenção e Resposta
RAG	Relatório Anual de Gestão
RDQA	Relatório Detalhado Quadrimestre Anterior
REMUNE	Relação Municipal de Medicamentos
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
RH	Região Hidrográfica
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
RUE	Rede de Urgência e Emergência
S2ID	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAPS	Secretaria de Atenção Primária à Saúde
SE	Situação de Emergência
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SES/SC	Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISAGUA	Sistema de Vigilância da Qualidade da Água p/ Consumo Humano
SISREG	Sistema de Regulação
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TFD	Tratamento Fora Domicílio
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UHE	Usina Hidrelétrica
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	Unidade Terapia Intensiva
VIGIAGUA	Vigilância da Qualidade da Água p/ Consumo Humano
VIGIDESASTRES	Vigilância em Saúde Ambiental Associada aos Desastres de Origem Natural
VISA	Vigilância Sanitária
VSA	Vigilância em Saúde Ambiental



LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** Síntese dos setores de risco alto e muito alto
- Quadro 02** Profissionais da SMS e seus respectivos cargos
- Quadro 03:** Responsáveis pela Segurança Pública em Cerro Negro/SC.
- Quadro 04** Classificação, características e ação de desastre
- Quadro 05** Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres
- Quadro 06** Ações da gestão em saúde na preparação, mitigação e recuperação na ocorrência de chuvas intensas com ou sem a presença de granizo, inundações e vendavais
- Quadro 07** Ações na ESPIL Cerro Negro I
- Quadro 08** Ações gestão em saúde na recuperação/reabilitação
- Quadro 09** Ações da gestão em saúde na preparação, mitigação e recuperação na ocorrência de Epidemias e pandemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas) e as infestações/pragas (infestações de animais, de algas e outras infestações).
- Quadro 10** Ações na ESPIL Cerro Negro II
- Quadro 11** Lista de representantes da SMS
- Quadro 12:** Meios de comunicação locais e regionais para alertas antecipados

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01** Evolução dos dados populacionais, ano 2021
- Tabela 02** Evolução do IDH-M de Cerro Negro, no período de 2000 a 2010
- Tabela 03** Evolução do PIB de Cerro Negro, no período de 2000 a 2020
- Tabela 04** Estrutura de Saúde Pública de Cerro Negro, dez/2022
- Tabela 05** Profissionais da SMS, cadastrados no CNES em dez/2022
- Tabela 06** Descrição do Serviço do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AMURES).
- Tabela 07** Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos
- Tabela 08** Especificações de cada desastre conforme COBRADE



LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** Distribuição da precipitação média anual no estado de Santa Catarina no período de 1976 a 2015
- Figura 02** Índice de Concentração de Precipitação (ICP) anual da série de 1976 a 2015 para o estado de Santa Catarina
- Figura 03** Índice de Concentração de Precipitação (ICP) sazonal da série de 1976 a 2015 para o estado de Santa Catarina
- Figura 04** Mapa de uso do solo em Cerro Negro/SC
- Figura 05** Mapa da hidrografia em Cerro Negro/SC
- Figura 06** Ilustração das três dimensões da Política Nacional de Regulação
- Figura 07** Registros de danos e prejuízos por tipo de evento
- Figura 08** Risco de Estiagem em janeiro de 2022
Precipitações para o trimestre AMJ/2023
- Figura 09** Previsão de anomalias de (a) precipitação e (b) temperatura média do ar do multimodelo INPE/INMET/FUNCEME para o trimestre AMJ/2023
- Figura 10** Previsão de armazenamento de água no solo (%) até (c) junho/2023 no Brasil, considerando a capacidade de água disponível (CAD) de 100 mm
- Figura 11** O ciclo da gestão de desastres
- Figura 12** Tipos de desastres naturais e seus efeitos sobre a saúde humana
- Figura 13** O COE-Saúde e o COE-Geral em Desastres

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população de Cerro Negro, em 2010 a 2021.
- Gráfico 02** Climatologia e histórico de previsão do tempo em Cerro Negro



Sumário

Apresentação	12
1. OBJETIVOS	14
1.1 Objetivo Geral.....	14
1.2 Objetivos Específicos	14
2. MARCO LEGAL E NORMATIVO	14
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	17
3. 1 Aspectos Socioeconômicos.....	17
3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	18
3.3 Atividades Econômicas	20
3.4 Características físicas.....	20
3.4.1 Clima.....	20
3.4.3 Pedologia.....	25
3.5 Hidrografia.....	26
3.6 Saúde	29
3.5 Rede de Média e Alta Complexidade.....	31
3.6 Assistência Farmacêutica.....	31
3.7 Estrutura Organizacional	32
3.8 Tratamento Fora do Domicílio	32
3.9 Saúde da Mulher	34
3.10 Rede de Atendimento à Saúde Mental de Cerro Negro.....	35
3.11 Controle Hipertensão e Diabetes Mellitus	35
3.12 Pessoas com deficiência	35
3.13 Saúde do Idoso	36
3.14 Tabagismo.....	37
3.15 Vigilância em Saúde	37
3.16 Vigilância Epidemiológica.....	38
3.17 Vigilância Sanitária	39
4. GESTÃO DE SAÚDE.....	41
4.1 Controle Social no SUS	41
4.2 Educação em Saúde	41
4.3 Planejamento	44
4.4 Financiamento.....	44
4.5 Modelo de Gestão.....	45
	10



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4.6 Monitoramento e Avaliação	46
4.7 Assistência Social	47
4.8 Segurança	48
4.9 Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	49
5. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS	49
5.1 Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.....	53
6. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES	65
6.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE.....	67
6.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de estiagem ou chuvas intensas com ou sem a presença de granizo, inundações e vendavais.....	70
6.2.1 Redução de riscos no quadro 06.....	70
6.2.2 Resposta.....	73
6.2.3 Recuperação.....	74
6.3 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Epidemias e pandemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas) e as infestações/pragas (infestações de animais, de algas e outras infestações).	75
6.3.1 Redução de riscos	75
6.3.2 Resposta.....	77
6.3.3 Recuperação.....	78
7. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.....	79
7.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)	79
7.2 Sala de situação.....	80
8. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO.....	81
9. CAPACITAÇÕES	82
10. REFERÊNCIAS	84
Anexo I: Lista de equipamentos e máquinas.....	86
Anexo II: Contatos interinstitucionais	87
Anexo III: Roteiro de Avaliação de Danos e Identificação das Necessidades de Saúde em Situações de Desastres	89
Anexo IV: Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).....	96



Apresentação

Mundialmente tem ocorrido muitas inundações com deslizamentos, períodos longos de estiagem, tornados, ciclones e etc., todos de origem natural. Outros eventos tecnológicos químicos e radioativos com impactos sobre a saúde humana, ambiental e material, também foram registrados. Tudo isso se configura como desastre.

Desastre é definido como uma interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas ou ambientais (FREITAS, 2018).

Um desastre pode ser caracterizado pelo efeito causado sobre as pessoas e quando o governo local utiliza toda sua capacidade de resposta bem como seus recursos próprios.

Há também que ser considerado as condições de risco e sua probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas esperadas (morte, lesões, propriedade, meios de subsistência, interrupção de atividades econômicas ou de degradação ambiental), e as condições de vulnerabilidade da população.

As comunidades vulneráveis são aquelas mais suscetíveis de sofrer perdas e danos de grande proporção e, também, são aquelas com mais dificuldade para se recuperarem por conta própria. A vulnerabilidade interage com as ameaças, produzindo novas condições de risco, dimensionadas de diferentes formas em cada território.

A falta de planejamento e a degradante forma de intervenção no ambiente natural criaram novas ameaças do tipo socioambiental.

As esferas governamentais municipal, estadual e federal, necessitam criar uma gestão de risco de desastres com o objetivo de antecipar, planejar e preparar uma resposta, envolvendo toda sociedade e as comunidades vulneráveis.

Dentre todos os setores públicos e privados envolvidos, o setor da saúde tem uma grande responsabilidade nesse processo, uma vez que resultam em efeitos diretos e indiretos sobre a saúde e bem estar das pessoas.

Assim, exige-se a realização de um trabalho contínuo de pesquisa e construção de informações, por meio de um levantamento de possíveis danos e impactos, tendo como base as premissas e princípios do SUS. O PPR-ESP do setor da saúde, centrado em ações de curto, médio e longo prazo, na atenção e vigilância em saúde para os riscos, danos, doenças e agravos, sempre visando os desastres mais comuns e seus cenários de riscos à saúde e ao meio ambiente, considerando os serviços de pronto atendimento, urgências e emergências e todos aqueles necessários à recuperação e reabilitação em saúde.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Além disso, tal premissa remete ao princípio de integralidade das ações de saúde nos desastres, que contempla, além da atenção e da vigilância em saúde, a promoção da saúde e a prevenção de riscos e agravos.

Nesse levantamento, há de considerar os impactos decorrentes de um fenômeno natural como:

- da ameaça (chuva, vendaval, granizo, escorregamento);
- da localização do edifício: topografia e estabilidade do terreno, geologia, capacidade de absorção e evacuação das águas;
- do edifício em si: materiais empregados, tecnologia construtiva aplicada, estado de conservação, entre outros.

As maiores ocorrências de desastres por chuva, no Brasil estão associadas às enxurradas e enchentes, mas também tem ocorrido ciclones, escorregamentos, granizos, tornados e vendavais. Todos os estados brasileiros, com exceção do Distrito Federal, já tiveram processos de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional (FREITAS, 2018).

Para caracterizar uma Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública é necessário analisar os fatores preponderantes e agravantes

- a) critérios preponderantes = intensidade dos danos humanos, materiais e ambientais.
- b) critérios de ponderação = prejuízos sociais e econômicos.

A realidade é extremamente complexa, com inúmeras variáveis relacionadas com o fenômeno indutor do desastre, o cenário e a vulnerabilidade das pessoas e instalações expostas, que interferem no impacto.

As cidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecido pela Defesa Civil Nacional, estão aptas a solicitar recursos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para atendimento à população afetada.

As ações envolvem socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução de infraestrutura destruída ou danificada.

Este documento vem com o intuito de apresentar os dados geográficos e os indicadores estatísticos do município de Cerro Negro. Por meio deste levantamento, que identificará as vulnerabilidades municipais, serão apresentadas um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública, com a finalidade de reduzir a exposição, da população e dos profissionais de saúde, aos riscos de desastres, doenças e agravos, danos às infraestruturas e outros eventos adversos que venham a se tornar uma ESP.



1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para prevenir, mitigar e recuperar a exposição da população e dos profissionais de saúde aos riscos de desastres, doenças e agravos, danos às infraestruturas e outros eventos adversos que venham a se tornar uma ESP.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Efetuar um levantamento do desastre, das vulnerabilidades da população e do território (quantidade, localização, acesso, complexidade, capacidade operacional e técnica) bem como dos recursos disponíveis a serem aplicados;
- b) Identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os potenciais eventos ou situações que possam ser caracterizados como uma ESP;
- c) Preparar e estruturar o setor de saúde para capacidade de resposta com atendimento imediato;
- d) Envolver os demais setores e secretarias municipais em ações de socorro e assistência à possíveis vítimas;
- e) Alertar a administração municipal para instaurar situação de emergência ou estado de calamidade pública quando for o caso.

2. MARCO LEGAL E NORMATIVO

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- A Portaria GM/MS Nº 2.400 (2021), define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.
- A Portaria Nº 2.923 (2013) institui incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de custeio para reforma, destinados à implantação e/ou implementação de Centrais de Regulação de Consultas e Exames e Centrais de Regulação de Internações Hospitalares de que trata a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, e implementação de Unidade Solicitante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Portaria GM/MS 1.792 (/2012), incorporada à Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, Título III, Capítulo II, Seção X [1], que institui o incentivo financeiro de custeio para a Centrais de Regulação de Consultas e Exames e Centrais de Regulação de Internações Hospitalares de que trata a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- A Portaria Nº 2.655 (2012), altera a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012.
- A Portaria Nº 1.600 (2011), reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- A Portaria Nº 518 (2004), estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.
- A Portaria Nº 1.996 (2007), dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
- A Portaria Nº 49 (2019), define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe e aos Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde credenciados e cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.
- Lei Nº 8.142 (1990), dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.
- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- PORTARIA nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Cerro Negro possui 3.068 habitantes de acordo com o IBGE (2020). Sua colonização é de origem Italiana e Alemã. Divide território com as cidades de Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Abdon Batista e São José do Cerrito. No anexo V, mapa municipal estatístico.

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do MS, extraídos do DIGISUS 2022, apontou que, no município, os homens representavam 52,9% da população e as mulheres, 47,1%, conforme tabela 01.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

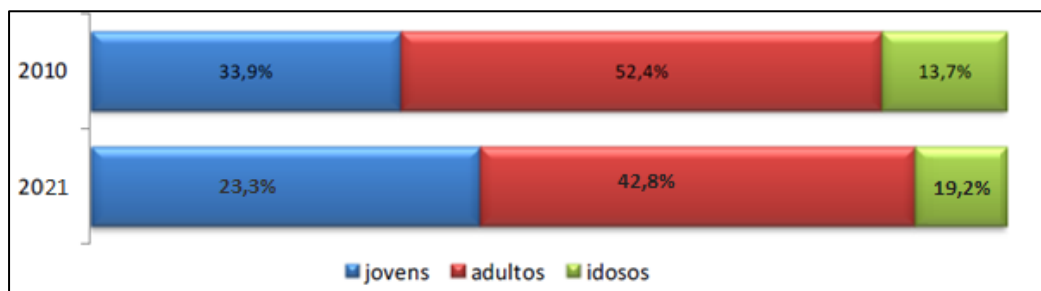
Tabela 01: Evolução dos dados populacionais, ano 2021.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	101	96	197
5 a 9 anos	97	95	192
10 a 14 anos	78	77	155
15 a 19 anos	82	76	158
20 a 29 anos	221	219	440
30 a 39 anos	235	201	436
40 a 49 anos	236	204	440
50 a 59 anos	225	190	415
60 a 69 anos	167	133	300
70 a 79 anos	98	83	181
80 anos e mais	53	46	99
Total	1593	1420	3013

Fonte: Digisus (2022).

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2021, os jovens representavam 23,3% da população, os adultos 42,8% e os idosos 19,2%.

Gráfico 01: Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população de Cerro Negro, em 2010 a 2021.



Fonte: Base dados IBGE e Ministério da Saúde (Digisus/2022) <https://digisusgmp.saude.gov.br/>

3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Neste último IDH de 2010 Santa Catarina não teve nenhum município com IDH Muito Baixo e Baixo, no Ano de 2000 o estado tinha com IDH Muito Baixo nove municípios e com IDH Baixo 103 municípios. Entre os municípios catarinense no IDHM 2010 o último colocado

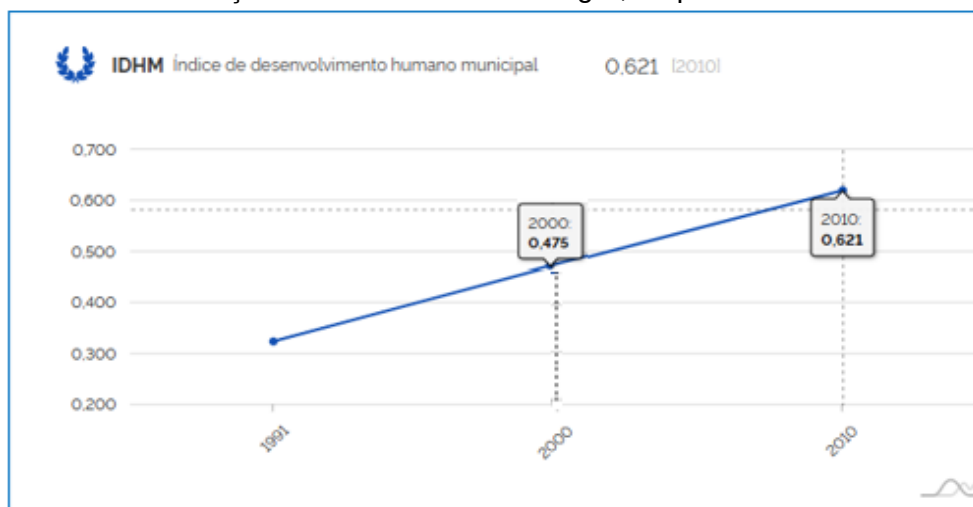


GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

foi o Cerro Negro com IDHM 0,621 considerado na faixa Médio, no ranking dos 5565 municípios brasileiros, está no 3.701º lugar, sendo que o último município colocado do Brasil foi Melgaço (Pará) com IDH 0,418 considerado muito Baixo.

O IDH teve uma evolução positiva, saltando de 0,475 para 0,621 (tabela 02), sendo este último índice considerado médio, porém Cerro Negro ainda permanece na última posição estadual.

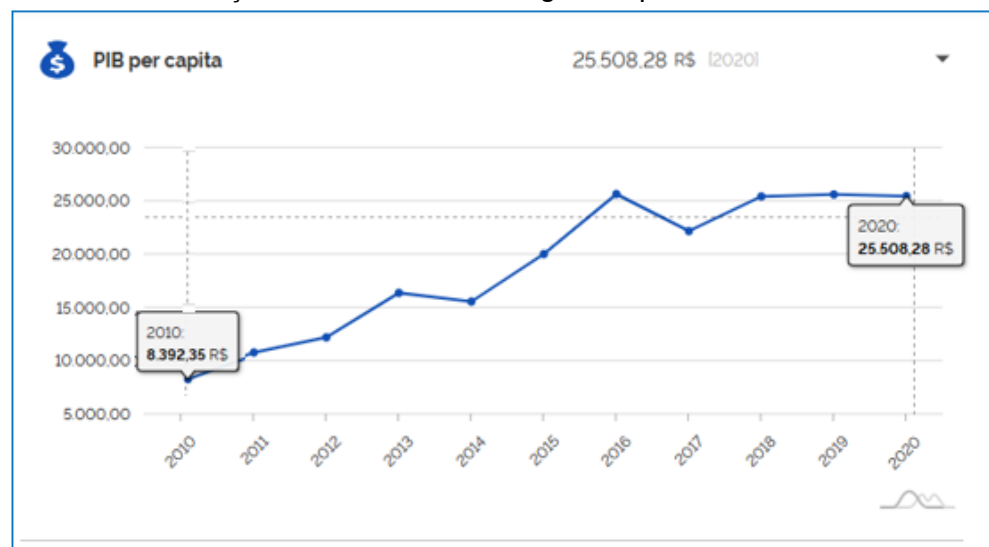
Tabela 02: Evolução do IDH-M de Cerro Negro, no período de 2000 a 2010.



Fonte: IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O PIB per capita de Cerro Negro é de R\$ 25,5 mil, valor inferior à média do estado (R\$ 48,2 mil), da grande região de Lages (R\$ 37,1 mil) e da pequena região de Lages (R\$ 37,1 mil). A tabela 03 ilustra sua evolução do ano 2000 até 2020.

Tabela 03: Evolução do PIB de Cerro Negro, no período de 2000 a 2020.



Fonte: IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).



3.3 Atividades Econômicas

A economia baseia-se na principalmente na agricultura, pecuária e artesanato.

A produção agrícola baseia-se nos cereais, leguminosas e oleaginosas. Tendo a erva-mate de folha verde, amora, pêssego, laranja e uva como lavouras de produção permanente e arroz com casca, batata-inglesa, alho, cebola, fava, mandioca, ervilha, melancia, feijão, milho e soja (em grão), fumo em folha, abóbora, moranga e jerimum como produção temporária.

A produção pecuária está ligada ao gado leiteiro e de corte, bubalino, caprino, equino, suíno (matriz), ovino (lã). A economia local também está ligada à aquicultura da tilápia, carpa, traíra ou trairão e outros peixes, e galináceo, codorna (ovos) e mel de abelhas.

Como atividade econômica ainda tem a extração vegetal de pinhal para o setor alimentício e a madeira em tora e lenha, e silvicultura (pinus, pinheiro brasileiro nativo e eucalipto) para carvão vegetal, lenha e em tora.

A cidade também se destaca pelo artesanato em couro, muitos dos munícipes no interior sobrevivem através dessa renda, ainda um pouco desvalorizada no mercado, mas com grande importância para o meio tradicionalista da região serrana, principalmente na serra catarinense

Existem, ainda, os sistemas agroflorestais com áreas cultivadas com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio por animais.

De todas as atividades econômicas descritas, a agropecuária e madeireira se destacam como sendo as principais.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O município de Cerro Negro situa-se na região serrana do Estado de Santa Catarina. Ocupação urbana estende-se em relevo de planaltos dissecados e morros, cortado por pequenas sangas na zona urbana do município e no interior por rios, pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, quando ocorre índices pluviométricos elevados neste município, ocorre inundações em uma sanga na sede do município e no lajeado dos Beneditos na comunidade homônima na zona rural, ocasionalmente atingindo as moradias, o aumento populacional está migrando aos poucos as ocupações para as encostas de declividade moderadas, e com isso, algumas áreas estão sendo ocupadas com método construtivo do tipo corte/aterro, o solo na região é resultado da alteração das rochas vulcânicas do Grupo Serra Geral, e estão sujeitos a movimentos de massa.

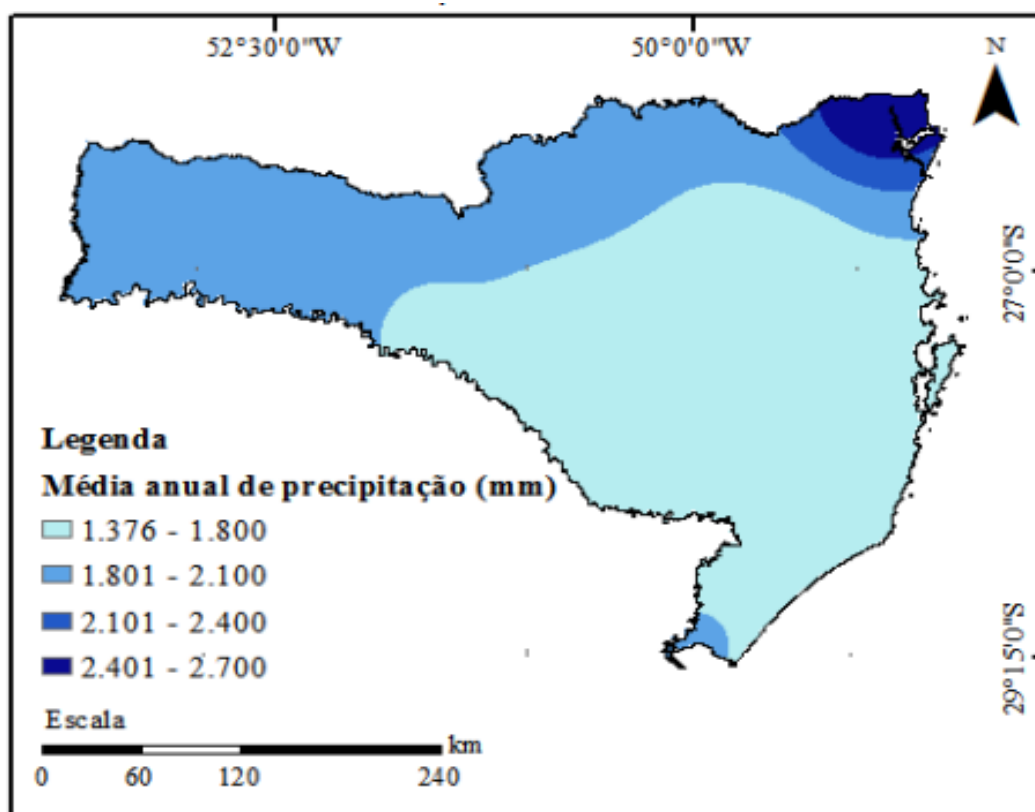
O período mais chuvoso e frio se estende de abril a setembro, e o mais seco e quente vai de outubro a março.



3.4.2 Pluviometria

Santa Catarina apresenta maiores volumes de precipitação no litoral norte, com declínio para o litoral norte e sul (Figura 01). Tal variabilidade se atrela, em parte, pelo efeito da orografia na origem das chuvas.

Figura 01: Distribuição da precipitação média anual no estado de Santa Catarina no período de 1976 a 2015.

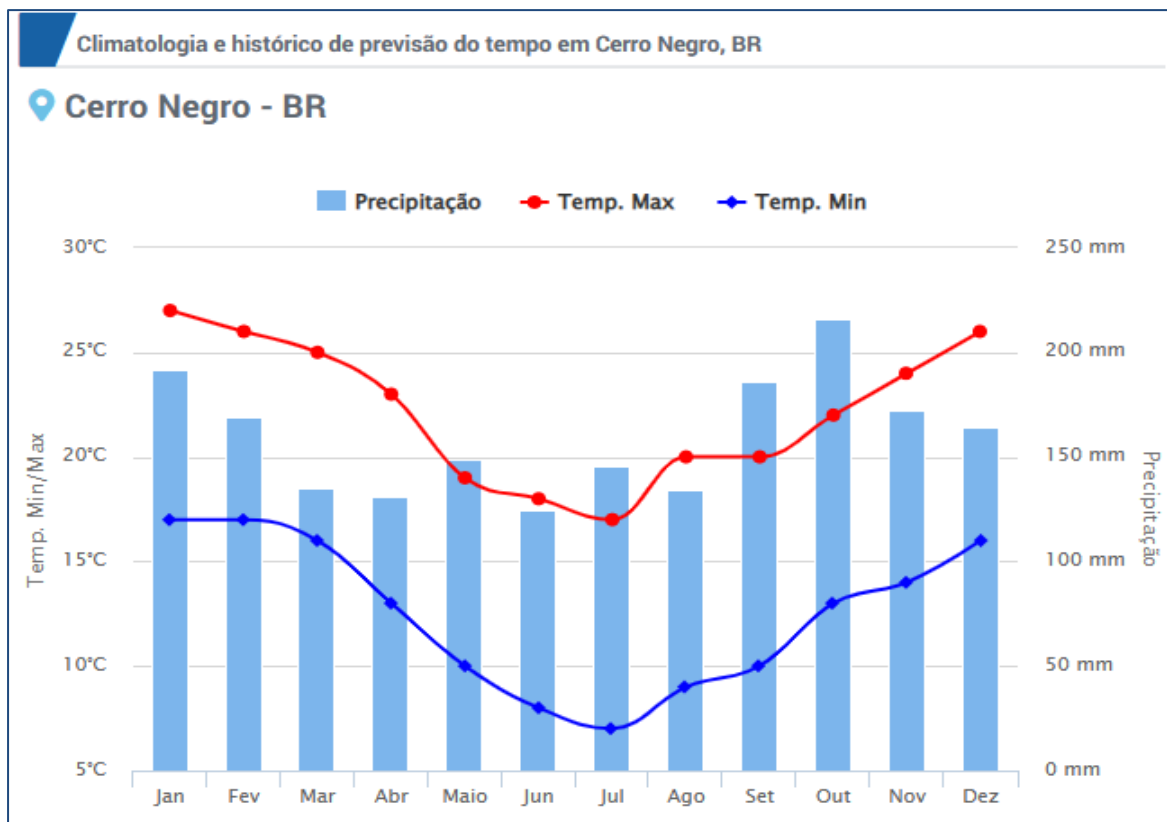


Projeção Universal Transversal de Mercator - UTM
Meridiano de Referência 51° W - Fuso 22 S
Datum Horizontal Sirgas 2000
Documentação: IBGE (2013)
Dados chuva: hidroweb.ana.gov.br

Os dados apresentados no gráfico 02 representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano.



Gráfico 02: Climatologia e histórico de previsão do tempo em Cerro Negro.



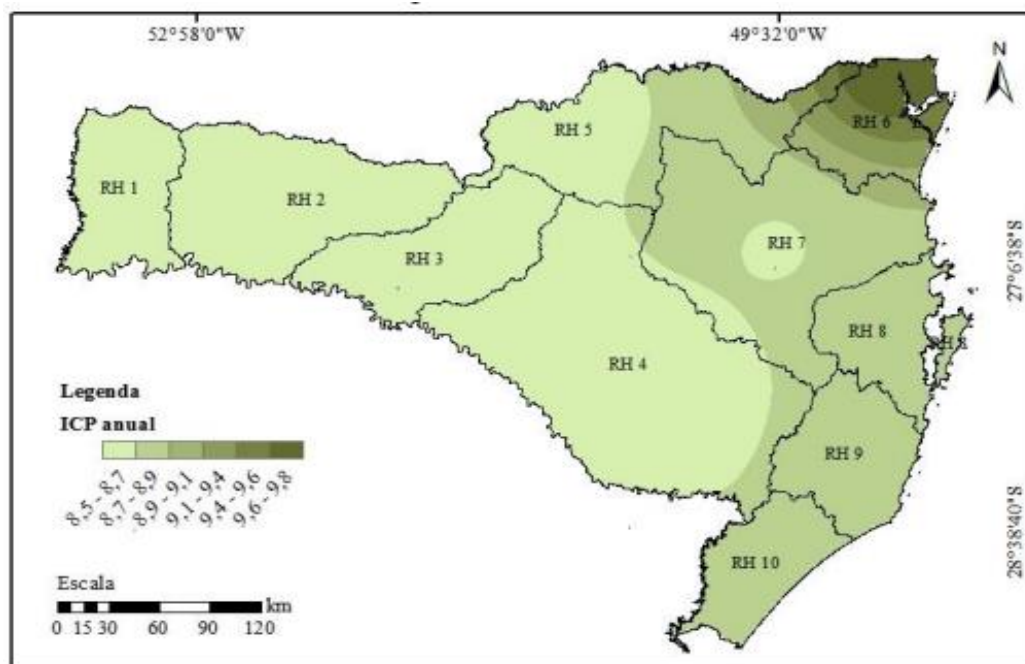
Fonte: Climatempo, 2023.

As médias climatológicas são valores calculados a partir de uma série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região.

No estado de Santa Catarina, o ICP anual variou entre 8,5 e 9,8 (Figura 02). Os menores índices foram encontrados no oeste, meio oeste, planalto e na parte oeste do planalto norte, aumentando na região do vale do Itajaí, região sul e litoral sul e atingindo o valor máximo no litoral norte catarinense.



Figura 02: Índice de Concentração de Precipitação (ICP) anual da série de 1976 a 2015 para o estado de Santa Catarina.



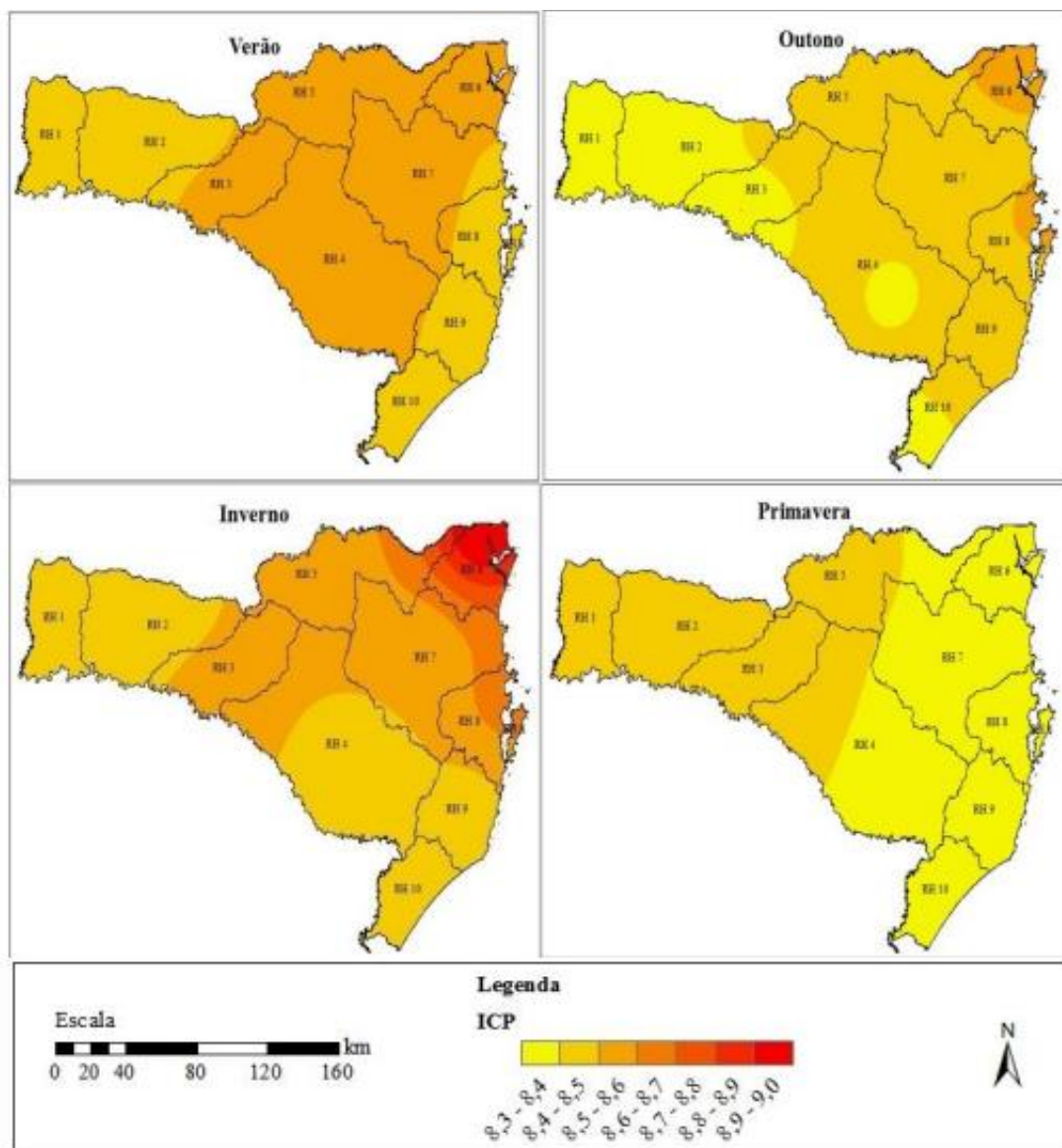
Fonte: GONÇALVES, 2017.

Observando o mapa na figura 02, a RH 4 foi a que apresentou o menor valor (6,28) 115 no ano de 2015 (EN forte intensidade).

O ICP sazonal também apresentou distribuição uniforme da precipitação em todas as estações do ano (Figura 03). No verão (janeiro a março) os valores variaram entre 8,4 e 8,6, sendo que os maiores valores foram encontrados na região serra, a qual, normalmente, apresenta valores de precipitação abaixo da média estadual. No outono (abril a junho) o ICP de praticamente todo o estado variou entre 8,3 e 8,5, com exceção de pequenas áreas no litoral do estado que apresenta ICP igual a 8,6.



Figura 03: Índice de Concentração de Precipitação (ICP) sazonal da série de 1976 a 2015 para o estado de Santa Catarina.



Fonte: GONÇALVES, 2017.

Observando o mapa acima, verifica-se que o inverno (julho a setembro) foi a estação que apresentou maior variabilidade do ICP, e é justamente nessa estação que a precipitação ocorre de maneira mais uniforme na média histórica de Santa Catarina. Em grande parte do estado a oscilação ficou entre 8,4 e 8,6, chegando a 9,0 no litoral norte (região com elevado volume pluviométrico). Na primavera (outubro a dezembro) o estado ficou dividido, do centro para o oeste variou entre 8,4 e 8,5 e do centro para o litoral variou entre 8,3 e 8,4. O Índice de Concentração (IC) classificou a distribuição da precipitação no estado como de baixa irregularidade. Esse índice apresenta limitações e incertezas quando utilizado pequeno



número de estações pluviométricas, devido às características climáticas e fisiográficas de cada município.

3.4.3 Pedologia

O setor de risco geológico consiste em áreas habitadas que estejam submetidas ao risco alto ou muito alto de serem atingidas por processos de movimentos de massa ou inundações, sendo delimitado sobre imagens e/ou fotografias georreferenciados em ambiente SIG.

O município de Cerro Negro foi setorizado pela equipe técnica da SUREG-PA, no ano de 2018, onde foram identificados 4 setores de risco alto para processos hidrológicos e de movimento de massa.

Os quatro setores de alto e muito alto risco do município de Cerro Negro (SC) estão no quadro 01. Neste também estão adicionados bairros ou distritos e trechos de ruas ou avenidas pertencentes a cada setor e os movimentos de massa, feições erosivas ou eventos de inundações e enchentes identificados e/ou que podem ainda ocorrer em cada setor.

Quadro 01: Síntese dos setores de risco alto e muito alto.

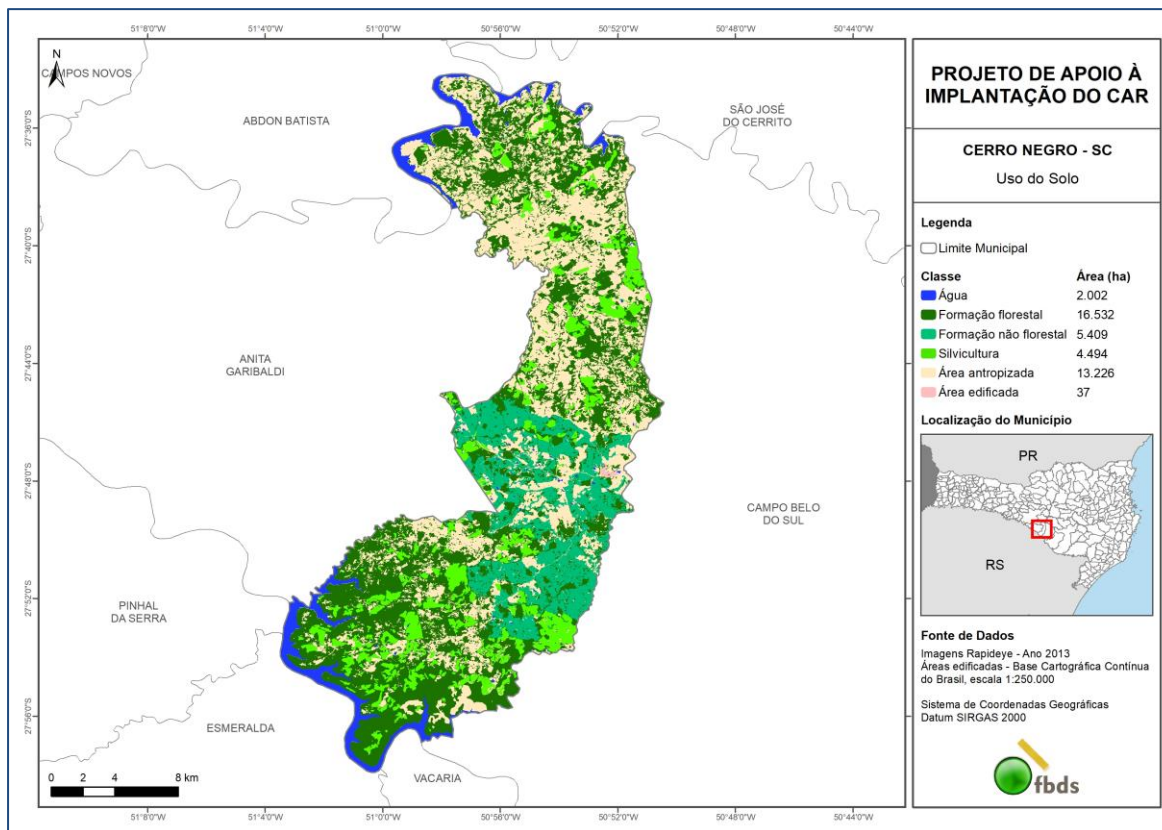
BAIRRO ou DISTRITO	RUA ou AVENIDA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA
B. Antônio José de Matos	R. Edenante Antunes Vaz	SC_CERRONE_SR_1_CPRM	Enchente, inundação e erosão fluvial
Bairro Centro	Rua Francisco Prussi Primo	SC_CERRONE_SR_2_CPRM	Enxurrada e deslizamento planar
Comunidade Vargem dos Beneditos	Estrada geral Comunidade Vargem dos Beneditos	SC_CERRONE_SR_3_CPRM	Enchente, inundação e erosão fluvial.
Escola municipal na Comunidade Vargem dos Beneditos	Estrada geral Comunidade Vargem dos Beneditos	SC_CERRONE_SR_4_CPRM	Inundação brusca.

Fonte: Repositório Institucional de Geociências: Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações: Cerro Negro, SC (cprm.gov.br).

A seguir, na figura 04, o mapa de uso do solo no município.



Figura 04: Mapa de uso do solo em Cerro Negro/SC



Fonte: FBDS, 2023.

3.5 Hidrografia

A Região Hidrográfica Planalto de Lages é a maior RH do Estado, contando com uma área de 22 mil quilômetros quadrados. Possui 445 mil habitantes e é formada pelas bacias do Rio Canoas e do Rio Pelotas.

No Rio Canoas foi construída a UHE Garibaldi, com uma área de drenagem equivalente a 13.064 km², no seu eixo, o aproveitamento encontra-se na divisa municipal entre Abdon Batista e Cerro Negro, nas coordenadas 27°37'29" de latitude sul e 50°59'02" de longitude oeste.

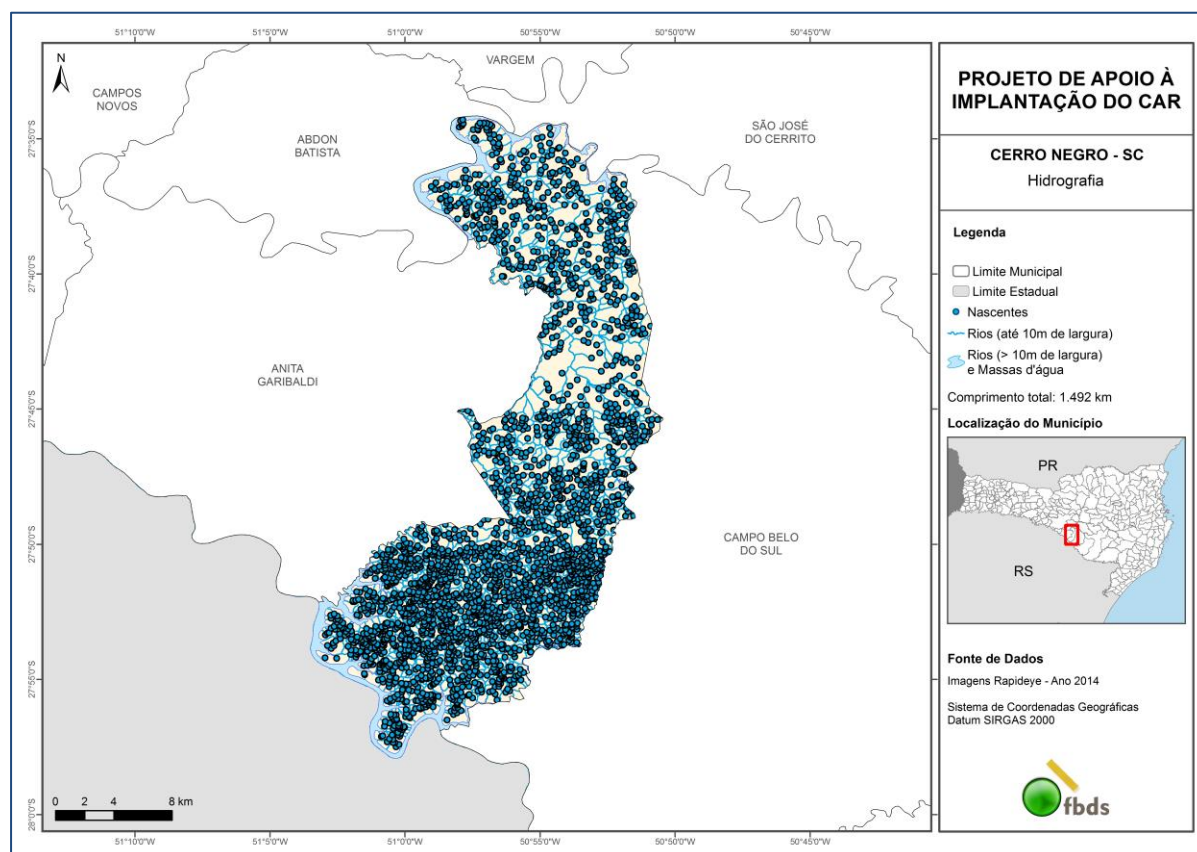
A ocupação urbana estende-se em relevo de planaltos dissecados e morros, cortado por pequenas sangas na zona urbana do município e no interior por rios pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio Canoas. Quando ocorre índices pluviométricos elevados neste município, ocorre inundações em uma sanga na sede do município e no lajeado dos Beneditos na comunidade homônima na zona rural, ocasionalmente atingindo as moradias.

Na figura 05, o mapa da hidrografia no município.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Figura 05: Mapa da hidrografia em Cerro Negro/SC



Fonte: FBDS, 2023.

O monitoramento e fiscalização das áreas de risco médio pela defesa civil municipal são importantes para que novas áreas de risco alto e muito alto não surjam no município.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Legenda



Delimitação do setor risco alto



Delimitação do setor risco muito alto



3.6 Saúde

É muito importante prever e sistematizar as ações do setor saúde em um Plano de Preparação e Resposta (PPR). A preparação inicia-se muito antes de o desastre propriamente dito acontecer.

A Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Negro - SMS é uma unidade de saúde cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde como Central de Gestão Em Saúde que presta atendimentos de saúde no centro da cidade Cerro Negro - SC. Tem o CMS – Conselho Municipal da Saúde vinculo e o FMS – Fundo Municipal da Saúde também.

A SMS conta com 02 UBSs situadas na área central e 01 Unidade Sanitária de Saúde Localizada no interior, na comunidade do Araçá, 01 equipe de Saúde Bucal modalidade I, (GM/MS nº 2400 de 22/09/2021), 01 equipe de ESF convencional, (SAPS/MS nº 49 de 27/12/2019) com 13 ACS profissionais distribuídos em microáreas com cobertura de 100% da população abrangente. Na tabela 04 é apresentado a estrutura de saúde pública municipal.

Tabela 04: Estrutura de Saúde Pública de Cerro Negro, dez/2022.

ESTRUTURA DE SAÚDE PÚBLICA DE CERRO NEGRO - 2022	
UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	02
UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE (ARAÇÁ)	01
UNIDADE MÓVEL	01
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	01
FARMÁCIA BÁSICA	01
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS (conveniada)	01
SALA DE VACINAS	01

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Na tabela 05 é apresentado os profissionais cadastrados CNES que atuam pela SMS.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tabela 05: Profissionais da SMS, cadastrados no CNES em dez/2022.

PROFISSIONAIS DA SAÚDE PÚBLICA DE CERRO NEGRO - 2022	
Médico Clínico	01
Médico ESF	01
Médico Psiquiatra	01
Enfermeiro(a)	02
Enfermeiro(a) ESF	01
Enfermeiro(a) Estagiária	01
ACSs	13
ASP	01
Técnico Saúde Bucal	01
Dentista	02
Farmacêutico	02
Fisioterapeuta	01
Psicólogo Clínico	01
Técnico Enfermagem	06
Técnico Administrativo	01
Gerente Serviços Saúde	01
Diretor Saúde	01
Recepcionista	01
TOTAL	38

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).



3.5 Rede de Média e Alta Complexidade

Os serviços de média e alta complexidade são oferecidos à população através do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS- Amures), localizado no município de Lages/SC.

Tabela 06: Descrição do Serviço do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AMURES).

Descrição do serviço	Consultas de Especialidades Médicas		
CIS – AMURES	Cirurgia Geral	Gastroenterologista	Ortopedia
	Cirurgia Pediátrica	Hematologista	Pneumologista
	Cardiologista	Mastologista	Proctologista
	Dermatologista	Neurologista	Reumatologista
	Endocrinologista	Oftalmologista	Urologista
	Fonoaudiologista	Otorrinolaringologista	Vascular

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2015).

3.6 Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica (AF) do Município de Cerro Negro tem suas ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional. Envolve a seleção dos medicamentos, sua programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

O componente básico da AF destina-se à aquisição de medicamentos e insumos de AF no âmbito da ABS e aquelas relacionadas a agravos e programas de saúde específicos, inseridos na rede de cuidados. Ele é composto de uma parte financeira fixa e de uma parte financeira variável. A parte financeira fixa consiste em um valor *per capita* destinado à aquisição de medicamentos e insumos de AF em ABS, transferido ao Distrito Federal, estados e/ou municípios, conforme pactuação nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

Nessa perspectiva, os gestores estaduais e municipais devem compor o financiamento da parte fixa, como contrapartida, em recursos financeiros ou insumos, conforme pactuação na CIB e normatização da política de AF vigente.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Já a parte financeira variável do componente básico consiste em valores *per capita* destinados à aquisição de medicamentos e insumos de assistência farmacêutica dos Programas de Hipertensão e Diabetes, Asma e Rinite, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Alimentação e Nutrição e Combate ao Tabagismo. Os recursos poderão ser executados pelo próprio Ministério da Saúde ou descentralizados, conforme pactuação na Comissão Intergestores Tripartite, mediante a implementação e organização dos serviços previstos nesses programas.

Através da PNAF – Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada em 2004, verifica-se a inserção da Atenção Farmacêutica como prática norteadora das atividades do farmacêutico dentro da AF.

A Política Municipal de Assistência Farmacêutica Municipal adota a Política Nacional de Medicamentos - PNM e a CIB 24/09.

A seleção de medicamentos no município de Cerro Negro é realizada de acordo com a CIB 24/09, que recomenda a utilização de RENAME. Também é feita pela Comissão de Farmácia e Terapêutica através da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) a qual passou por aprovação no Conselho Municipal de Saúde.

Em casos de calamidade, a depender do evento e dos desdobramentos ocasionados, ainda ocorre a possibilidade de solicitação do kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Vigidesastres/SC que encaminha o pedido ao MS para avaliação, de acordo com a Nota Técnica Conjunta nº 06/2022.

3.7 Estrutura Organizacional

Atualmente, o município de Cerro Negro possui uma Unidade de Assistência Farmacêutica, situada junto à UBS e conta com a atuação e responsabilidade técnica de um profissional farmacêutico e um técnico em enfermagem.

Lá estão centralizadas todas as atividades em gestão da Assistência Farmacêutica bem como a maioria dos programas que dela fazem parte tais como, Programa de Antitabagismo, Programa de Medicamentos Excepcionais, bem como o gerenciamento da farmácia básica, dispensação de medicamentos de forma geral bem como aqueles por ordem judicial.

3.8 Tratamento Fora do Domicílio

Para garantir o princípio doutrinário do SUS, a integralidade e o princípio organizativo, a descentralização, o município utiliza o Tratamento Fora do Domicílio - TFD, para garantir o acesso aos serviços que não possui no município.



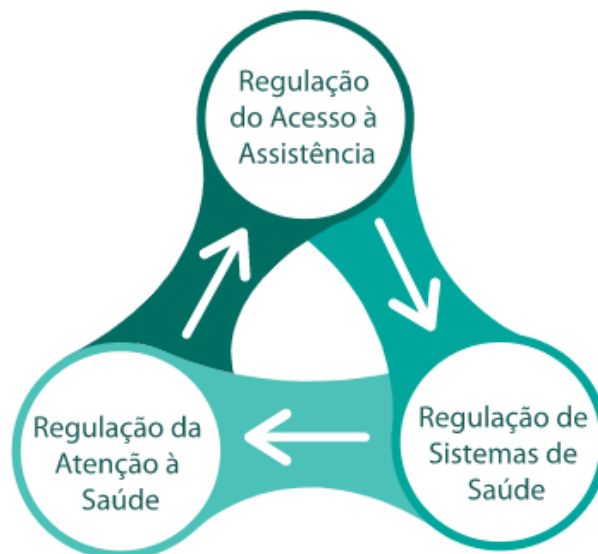
GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

De acordo com o PDR/SC/2009, estes princípios estão organizados através da PPI da Assistência, que contém a referência, o teto físico e financeiro do município.

A fim de estabelecer incentivo financeiro de investimento e custeio para fomento das ações de regulação, no âmbito do SUS, o Ministério da Saúde editou as seguintes portarias: Portaria GM/MS nº. 2.923/2013, Portaria GM/MS nº. 1.792/2012 e Portaria GM/MS nº. 2.655/2012.

As ações da Política Nacional de Regulação estão organizadas em três dimensões de atuação, interligadas e integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, conforme figura 06.

Figura 06: Ilustração das três dimensões da Política Nacional de Regulação.



Fonte: Ministério da Saúde, 2008.

Quanto ao sistema de informação disponibilizado pelo Ministério da Saúde, o SISREG é um sistema web, criado para o gerenciamento de todo complexo regulador, por meio de módulos que permitem a regulação do acesso de consultas, exames, procedimentos de média e alta complexidade, bem como a regulação das internações de urgência e cirurgias eletivas.

O fluxo de referência está desenhado na Programação Pactuada Integrada assistencial, partindo-se da base municipal, responsável pela execução de serviços de atenção básica. Em seguida, os municípios seguem o fluxo para a Região de Saúde onde as sedes oferecem procedimentos relativos à média complexidade.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Finalmente, o fluxo dos municípios encaminha-se para a Macrorregião de Saúde, responsável por ofertar procedimentos de média complexidade (MC) e de alta complexidade (AC), e na ausência de capacidade instalada para fora da macrorregião e ainda para outra região de saúde.

A SMS de Cerro Negro efetua a regulação dos serviços em saúde em nível ambulatorial. A referência para as urgências e emergências de média e alta complexidade, é feita seguindo o fluxo da RUE – Rede de Atenção às Urgências e Emergências, com os serviços de transporte do SAMU e da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Campo Belo do Sul (Bombeiros Voluntários).

Em julho de 2011, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.600, reformulando a Política Nacional de Atenção às Urgências, com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços em situações de urgência e emergência com resolutividade.

A RUE em Santa Catarina está organizada atualmente com os componentes já habilitados e qualificados. Existe um grande empenho, por parte da SES e Grupos Condutores das Macrorregiões do Estado, para cada vez mais avançar nas qualificações, habilitações e monitoramentos de todos os serviços da Rede, para melhor atender o usuário do Sistema Único de Saúde.

Componentes Habilitados e Qualificados na RUE: UPAs; SAMU; Porta de Entrada; Leito de UTI Adulto e Pediátrico; Leitos de Retaguarda Clínica; Leitos de Cuidados Prolongados; Leitos de AVC; Atenção Domiciliar.

A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Campo Belo do Sul, fundada em 30 de agosto de 2005, surgiu com o propósito de atender três municípios: Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Capão Alto, totalizando uma população de aproximadamente 14 mil habitantes, localizados em uma região de grande incidência de incêndios. A primeira sede foi instalada em imóvel alugado e ali atuavam bombeiros voluntários de outras cidades com mínima estrutura, tanto de veículos quanto de materiais. Graças ao trabalho da Associação, a corporação já conquistou sede própria e equipamentos para atender ocorrências de incêndios, pré-hospitalar e outras emergências.

3.9 Saúde da Mulher

Quanto à saúde da mulher, o município necessita viabilizar equipe multidisciplinar, para realização de ações que visem a integralidade dessa atenção, possibilitando desta forma as atuações direcionadas a esse seguimento, facilitando a referência e contrarreferência.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A incipiência na aplicação integral do protocolo no exame preventivo câncer uterino (Papanicolaou) apresenta certas resistências (culturais e políticas) do público feminino em realizar a coleta com o profissional de enfermagem capacitado, também por problemas com o sistema de informação e do Laboratório Conveniado, resultando em uma demanda reprimida para este serviço.

3.10 Rede de Atendimento à Saúde Mental de Cerro Negro

Atuando de acordo com a Política Pública de Saúde Mental e ao perfil epidemiológico municipal, a Secretaria Municipal de Saúde tem investido na organização desse serviço, desde a Atenção Básica até os serviços especializados. Atualmente os pacientes são atendidos pelos profissionais de Psicologia e de Psiquiatria, com fornecimento de medicamentos controlados através da Farmácia Básica Municipal.

3.11 Controle Hipertensão e Diabetes Mellitus

Com relação à Hipertensão e Diabete *Mellitus*, Cerro Negro tem investido em serviços com a finalidade de reduzir as taxas de internação, por AVC e complicações derivadas, garantindo melhor qualidade de vida, e a efetivação de protocolo pela equipe de Saúde da Família, o acesso aos medicamentos e principalmente os trabalhos com grupos, fazendo o paciente corresponsável pela sua saúde, através da construção de um novo conceito saúde-doença, demonstrando a garantia de acesso aos serviços de saúde.

3.12 Pessoas com deficiência

Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo demográfico de 2010, descreveram a prevalência dos diferentes tipos de deficiência e as características das pessoas que compõem esse segmento da população.

Segundo esta pesquisa, no Brasil, 23,9% da população total tem algum tipo de deficiência: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, sendo o percentual de incidência de deficiência distribuídos da seguinte forma: Deficiência Mental ou Intelectual: 1,4% Deficiência Motora: 7% Deficiência Auditiva: 5,1%, Deficiência Visual: 18,6%.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Para as pessoas com pelo menos uma das deficiências, a população feminina superou a masculina em 5,3 pontos percentuais, o correspondente a 26,5% mulheres e 21,2% homens.

No município não se tem nenhum programa implantado direcionado à pessoa com deficiência, são realizados acompanhamentos de acordo com cada caso.

3.13 Saúde do Idoso

O envelhecimento antes, considerado um fenômeno, atualmente, faz parte da realidade da maioria das sociedades. Estima-se para o ano de 2050 que existam cerca de dois bilhões de pessoas com 60 anos a mais no mundo, a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento.

Os principais fatores relevantes para o aumento da população idosa no Brasil são a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, melhores condições de saneamento básico e esgoto, melhoria da renda das famílias, maior domínio das doenças infectocontagiosas, as vacinações sistemáticas e os novos e modernos processos terapêuticos existentes no combate das doenças em geral.

Este acelerado crescimento da população idosa despertou a necessidade de se elaborar políticas públicas que contemple este segmento, bem como no Ministério da Saúde uma preocupação em estruturar na Atenção Básica e nos demais níveis de atenção em saúde, atendimento integral, especializado e humanizado. O Pacto pela vida do ano de 2006 coloca Atenção à Saúde do Idoso, como uma de suas prioridades objetivando implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, pois é função das políticas de saúde contribuir para que mais pessoas alcancem as idades avançadas com o melhor estado de saúde possível.

O maior desafio na atenção à pessoa idosa é conseguir contribuir para que, apesar das progressivas limitações que possam ocorrer, elas possam redescobrir possibilidades de viver sua própria vida com a máxima qualidade possível. Essa possibilidade aumenta na medida em que a sociedade considera o contexto familiar e social e consegue reconhecer as potencialidades e o valor das pessoas idosas.

Conforme dados do gráfico 03, observa-se aumento da população idosa no município de 13,7% no ano 2010 para 19,2% em 2021, enquanto que para o quantitativo de jovens e adultos, houve um decréscimo de 10% em cada índice, comprovando a elevação do nível do envelhecimento populacional do município.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.14 Tabagismo

Fumar é uma atividade presente em todos os segmentos da sociedade e por seus componentes uma das mais perversas.

Ao redor do planeta são consumidos 15 bilhões de cigarros por dia, sendo a indústria do tabaco uma das mais lucrativas do mundo. Tratando-se de Saúde Pública, o tabagismo representa grave problema, configurando uma epidemia que compromete não só a saúde da população como também a economia do país, tendo como consequência danos econômicos considerando-se: adoecimento que o uso do tabaco pode ocasionar; invalidez; gastos com tratamentos, hospitalizações e, morte precoce. Cerro Negro, conta com o Programa Municipal de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco do Câncer, no qual desenvolve ações de educação, sensibilização e atividades pontuais durante o ano, grupos e também desenvolve o Programa de Abordagem e Tratamento ao Fumante, com equipe capacitada pelo Ministério da Saúde – INCA, seguindo os protocolos do Ministério da Saúde.

3.15 Vigilância em Saúde

O objetivo da Vigilância em Saúde é desenvolver um conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde além de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, incluindo o ambiente de trabalho, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

As últimas décadas foram marcadas por transformações profundas no perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira. Para ilustrar, em 1930, as doenças infecciosas e parasitárias eram responsáveis por 46% dos óbitos, hoje elas representam apenas 5% das mortes no Brasil. Já as doenças cardiovasculares aumentaram de 11,8% para 31,3%. Junto com elas, pesam no perfil de mortalidade brasileiro as mortes por câncer e violências.

Para dar conta dos novos desafios decorrentes dessas transformações, o Ministério da Saúde criou, em 2003, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que herdou atribuições do extinto Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi), da Fundação Nacional de Saúde, e incorporou também novos objetos de atuação.

Em conjunto com os gestores estaduais e municipais, a SVS passou a congrega não só a vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, mas também a vigilância ambiental, a saúde do trabalhador, a análise da situação de saúde da população e a implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde atuando



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

conjuntamente com a Vigilância Sanitária, Laboratório Central e Assistência Farmacêutica.

A descentralização dos recursos financeiros para as secretarias estaduais e municipais de saúde, por intermédio do Teto Financeiro da Vigilância em Saúde, permitiu a efetividade das ações de vigilância, porém a eficiência na aplicação dos recursos, a qualidade no desenvolvimento das atividades, a eleição da saúde coletiva como prioridade dos governos, entre outros, ainda persistem como desafios para o setor.

No município, seguindo a lógica da atuação sobre os riscos sanitários, os serviços de Vigilância em saúde compreendem a Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Sanitária. Estando previsto no novo organograma uma nova conformação envolvendo a Assistência farmacêutica, o que facilitará o planejamento e a programação da atuação da SMS, nos problemas prioritários de saúde, atribuindo maior qualificação aos planejamentos das ações e ao monitoramento dos marcadores estabelecidos para o risco de adoecer e morrer.

3.16 Vigilância Epidemiológica

Como define a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), a vigilância epidemiológica é “o conjunto de atividades que permite reunir a informação indispensável para conhecer, a qualquer momento, o comportamento ou história natural das doenças, bem como detectar ou prever alterações de seus fatores condicionantes, com o fim de recomendar oportunamente, sobre bases firmes, as medidas indicadas e eficientes que levem à prevenção e ao controle de determinadas doenças”.

Trata-se de um subsistema de informações, voltado às enfermidades transmissíveis e não transmissíveis que servem de base para a tomada de decisões relativas à prevenção e controle destas doenças, bem como subsídio ao planejamento e avaliação em saúde.

O SVE municipal é organizado estruturalmente por uma Equipe Técnica responsável pelos programas dos quais são desenvolvidos junto a Vigilância Epidemiológica. O trabalho envolve um conjunto de doenças de transmissão comum ou semelhante: doenças de transmissão respiratória, hídrica, por vetores e zoonoses, hanseníase, tuberculose, DST/HIV/AIDS, COVID-19, meningites, hepatite, violências domiciliares, sexual e física. As ações de vigilância epidemiológica em geral se aplicam as doenças transmissíveis, porém atualmente estas estão sendo estendidas as doenças e agravos não transmissíveis (DANT) como: anomalias congênitas, doenças crônico-degenerativas, desnutrição e acidentes e violências.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Para que a Vigilância epidemiológica se operacionalize há um ciclo de funções específicas e intercomplementares que devem ser desenvolvidas de forma contínua e com interdisciplinaridade, com a finalidade de se traçar medidas de intervenção oportunas e eficazes. Com isso compreende desde a coleta de dados, processamento dos dados coletados análise e interpretação desses dados, recomendação das medidas de controles apropriadas, a promoção das ações e, por fim, a avaliação de eficácia e efetividade das medidas adotadas. A divulgação de informações pertinentes é de suma importância para que possa existir o serviço de retroalimentação. Esse trabalho tem sido realizado de forma limitada e restrita, pelo reduzido número de técnicos que compõe a equipe de trabalho e por envolver outros programas assistenciais junto à Vigilância Epidemiológica, como: Tuberculose, Hanseníase, DST/HIV/AIDS, COVID-19 e Programa dos Ostromizados, sendo que todos eles possuem uma sistematização da assistência e requer trabalho administrativo.

Existe ainda uma rede de frio onde é feita a coordenação das atividades envolvendo o recebimento, acondicionamento com controle diário das temperaturas interna e externa da refrigeração e área física, distribuição dos imunizantes e suporte técnico referente à rede assistencial do município.

As informações são geradas através de dados dos quais necessitam ser digitadas e informadas a nível regional. Para que esta ação seja realizada, a SMS não dispõe de digitador específico, sendo que essa mesma equipe que executa todas as ações é quem faz. As informações são referentes às notificações recebidas das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais, consultórios e clínicas particulares, bem como aquelas notificadas no próprio serviço. São digitadas também as declarações de óbitos e de nascidos vivos do município, as produções referentes ao Programa Nacional de Imunizações, (PNI) realizadas na sala de vacinas.

3.17 Vigilância Sanitária

Vigilância Sanitária é área da saúde pública que identifica e gerência os riscos e as ameaças à saúde resultantes do modo de vida contemporâneo, do uso e consumo de materiais, produtos, tecnologias, dos hábitos e formas complexas da vida coletiva, que são consequência do desenvolvimento industrial e do crescimento da população. O Plano de Ação é um pacto entre as três esferas de governo que regem a Vigilância Sanitária. Tem o objetivo de consolidar a municipalização das ações de VISA, ou seja, fazer com que as VISAS Regionais e Municipais tenham plena autonomia. A descentralização das atividades de Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental) está estabelecida na Constituição Federal em seus artigos de 196 a 200. Através da PPI, Programação Pactuada Integrada, os serviços de Visa dividiam-se em ações básicas, de média e alta complexidade. Atualmente a pactuação das ações são feitas através da PAVS – Programação das Ações de Vigilância em Saúde.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Vigilância Sanitária, bem como a Saúde do Trabalhador do município de Cerro Negro, tem como fator dificultador das ações e avanços nos trabalhos (tecnológica e pesquisa), a falta de recursos humanos.

As ações de Vigilância Sanitária têm por objetivo proporcionar o acesso universal, igualitário e integral à saúde para a população brasileira. Como forma de atingir esse propósito é regida pelos princípios da regionalização, hierarquização, resolubilidade, descentralização e participação dos cidadãos.

Através das ações da VISA de promoção prevenção e regulação, são reduzidos e ou impedidos os riscos sanitários, compreendendo o consumo de bens, produtos e serviços nos ambientes de vida e trabalho.

As ações e serviços são financiados com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes (Constituição Federal, art. 195 e 198 e Lei 8080/1990, art. 31 e 32). A descentralização de recursos no âmbito da área de saúde é concretizada principalmente mediante repasse fundo a fundo, contratos de repasse e convênios para financiamento das ações e serviços de saúde.

As competências das três esferas de governo no SUS estão definidas na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde e nas Normas Operacionais que regulamentam a assistência (NOBs e NOAs).

Outras ações estratégicas como o controle da qualidade da água para consumo humano¹ é de suma importância no processo saúde-doença, para impedir os riscos sanitários de veiculação hídrica. Neste sentido foi implantado o Programa Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA)². O objetivo geral do VIGIAGUA é o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde Ambiental, relacionada à qualidade da água para consumo humano, com vistas a garantir à população o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, para a promoção da saúde.

Os indicadores propostos para o SISAGUA³ possuem um nexo entre a saúde e condições de vida, produzindo estimativas da contribuição de diferentes fatores ambientais e socioeconômicos para problemas de saúde, que facilitam a interpretação

¹ Estas ações estão regulamentadas na Portaria 518/2004.

² Consiste no conjunto de ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão e normas estabelecidas na legislação vigente e para avaliar os riscos que a água consumida representa para a saúde humana (Portaria MS nº. 518/2004). Esse programa é coordenado, no âmbito federal, pelo Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde (MS/SVS), por meio da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), desde 1999.

³ Ministério da Saúde, 2005. Sistema de Informação da Qualidade da Água para o Consumo Humano.



dos problemas para uma tomada de decisão efetiva e eficaz, e aprimora o gerenciamento e a implementação de políticas.

4. GESTÃO DE SAÚDE

4.1 Controle Social no SUS

A Lei n.º 8.142/90, resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde, representou e representa uma vitória significativa. A partir deste marco legal, foram criados os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços vitais para o exercício do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os Conselhos de Saúde foram constituídos para formular, fiscalizar e deliberar sobre as políticas de saúde. Para atingir esse fim, de modo articulado e efetivo, conhecer o SUS passou a ser imprescindível.

Deliberar acerca das políticas de saúde é ter a implementação das deliberações é uma disputa permanente em defesa do SUS.

É por isso que a promoção do conhecimento sobre a saúde no País e o papel dos Conselhos de Saúde implicam no fortalecimento do SUS.

Ao longo dos últimos anos, os Conselhos de Saúde instituídos pela Lei n.º 8.142/90 (BRASIL, 1990b) e reforçados pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000), vêm sendo gradativamente estruturados nos estados e municípios brasileiros, acumulando as mais variadas experiências em busca de ações e instrumentos que favoreçam o desempenho de suas atribuições legais e políticas,

O Controle social é caracterizado pelo Conselho Municipal de Saúde-CMS. O CMS está de acordo com a Resolução 321 de 2002, é uma entidade bastante atuante. Toda a política municipal é discutida e aprovada no Conselho que possui uma agenda mensal.

4.2 Educação em Saúde

O desenvolvimento dos Recursos humanos do Sistema Municipal de Saúde é essencial para a implementação das políticas de saúde, e ganha destaque nas Conferências Nacionais de Saúde (VIII e IX), na primeira Conferência de Recursos Humanos (1986), e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB/RH/SUS).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em 2007 foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.996, que definiu novas diretrizes e estratégias para a Educação permanente em saúde, destacando a adequação do regulamento do pacto.

A Política de Educação Permanente está reforçada na Política Nacional do Pacto de Gestão. A educação permanente dos profissionais na área da saúde é de responsabilidade conjunta das SMS⁴ e das SES⁵, nos estados, e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Os conteúdos mínimos da Educação Permanente devem priorizar as áreas estratégicas da Atenção, acordadas na CIT⁶, acrescidos das prioridades estaduais, municipais e do Distrito Federal. Devem compor o financiamento da Educação Permanente recursos das três esferas de governo acordados na CIT e nas CIBs⁷.

Os serviços de atenção básica deverão adequar-se à integração ensino-aprendizagem de acordo com processos acordados na CIT e nas CIBs.

A Portaria GM 648/06 estabelece que caiba ao MS estabelecer diretrizes nacionais e disponibilizar instrumentos técnicos e pedagógicos que facilitem o processo de capacitação e educação permanente dos profissionais da Atenção Básica; apoiar a articulação de instituições, em parceria com as Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, para capacitação e garantia de educação permanente para os profissionais de saúde da Atenção Básica;

Cabe também ao MS, articular com o Ministério da Educação estratégias de indução às mudanças curriculares nos cursos de graduação na área da saúde, em especial de medicina, enfermagem e odontologia, visando à formação de profissionais com perfil adequado à Atenção Básica; assessorar estados, municípios e o Distrito.

A política de educação Permanente estabelece aos municípios uma política de gestão na área de pessoas que visa à valorização dos profissionais de saúde por meio do estímulo e do acompanhamento constante de sua formação e capacitação, para isto devem estimular e viabilizar a capacitação e a educação permanente dos profissionais.

A educação permanente deverá ser construída em cada localidade do país. Localidade representa a união, na prática, de dois princípios norteadores do SUS: A regionalização e a hierarquização através das CIES⁸.

⁴ Ministério da saúde

⁵ Secretaria Estaduais de saúde.

⁶ Comissão Intergestora Tripartite, composta pelos gestores da Saúde nos níveis federais, estaduais e Municipais.

⁷ Comissão Intergestoras Bipartite, criada pela Portaria 1996/2007 é composta pelos Gestores da Saúde no nível Estadual e municipal.

⁸ Comissão Integrada de educação em saúde. São instâncias colegiadas que servem para articulação, diálogo, a negociação e a pactuação interinstitucional. São espaços onde os ATORES de diversas origens se encontram e pensam



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

As CIES são instâncias intersetoriais interinstitucionais permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da Política de Educação Permanente em Saúde previstas no art. 14 da Lei nº 8.080, de 1990, e na NOB/RH - SUS.

As CIES devem apoiar e cooperar tecnicamente com o Colegiado Intergestor Regional (CIR), articulando instituições para propor, de forma coordenada, estratégias de intervenção no campo de formação e desenvolvimento dos trabalhadores. Deve também apoiar e cooperar com os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde

Gestores estaduais e municipais de saúde, instituições de ensino com cursos na área de saúde, hospitais de ensino, organizações estudantis da área de saúde, trabalhadores de saúde, conselhos municipais e estaduais de saúde, movimentos sociais e outros que estejam envolvidos com as questões de saúde (articulações interinstitucionais e ação intersetorial), contribuindo na melhoria das condições de vida e saúde resultantes da formação e das práticas tradicionais de saúde, as CIES devem buscar a INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE. A integralidade envolve, dentre outras coisas, a ideia de **“clínica ampliada”** e **“responsabilização das equipes”**.

Na clínica ampliada o centro da atenção se desloca do profissional isolado para a equipe responsável pelo cuidado, e da doença para a pessoa que corre o risco de adoecer, para os modos como ela adoece e para a realidade em que ela vive.

Assim é necessário conhecimento e a capacidade para trabalhar com as informações epidemiológicas, demográficas, econômicas, sociais e culturais da população de cada local e as questões de impacto provocadas.

A responsabilização na saúde tem vários sentidos: Pelo lado do cidadão significa o abandono de uma atitude passiva com relação à sua própria saúde e a busca da melhor qualidade de vida possível. Pelo lado dos profissionais e do sistema pode ser entendida como a capacidade de assumir a responsabilidade pelos problemas de saúde de uma população ou indivíduo ou pelos Alvos Prioritários: Equipes que atuam na atenção básica, nas urgências e emergências, na atenção e internação domiciliar, e na reabilitação psicossocial; Pessoal encarregado da prestação de atenção humanizada ao parto e pré-natal; Hospitais universitários e de ensino, buscando integrá-los à rede do SUS ações em saúde.

A população é o alvo central da política de educação e desenvolvimento dos trabalhadores para o SUS.

juntas as questões da E.P., identificam as necessidades e constroem estratégias e as políticas no campo da formação e do desenvolvimento de RH.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Os projetos desenvolvidos pelas CIES entram como espaços de planejamento, gerenciamento e apoio, cujo papel é transformar as diretrizes gerais da política de educação na saúde em iniciativas práticas que retratem área como saber se o que está sendo feito está dando resultados?

Os projetos e processos a partir das CIES devem criar mecanismos de avaliação e monitoramento que consigam identificar os efeitos das ações produzidas. O CIR (Comissão Intergestora Regional) validará os projetos pactuados na região e discutidos pela CIES, atendendo as diretrizes da Portaria 1996, garantindo que sejam seguidas as diretrizes da Política de Educação Permanente para o SUS.

4.3 Planejamento

A Secretaria Municipal de Saúde não possui no seu organograma o setor de planejamento. As ações que comportam a este setor estão fragmentadas em vários outros subsetores e/ou com outros profissionais de saúde que acumulam as funções de planejar.

Esta fragmentação dificulta o monitoramento das ações planejadas, o cumprimento dos instrumentos de gestão, bem como a estimativa de reais necessidades de manutenção, investimentos etc.

A elaboração dos instrumentos de gestão (Plano Municipal de Saúde - quadriênio; PAS; 1º, 2º e 3º RDQAs; RAG) se dão através de reuniões técnicas com representantes das diversas coordenações e áreas estratégicas e, com a presença de membros do Conselho Municipal de Saúde, para aprovação final, por meio de Resolução, para a execução das ações em saúde, previstas em cada instrumento.

Infelizmente, a ideia da construção coletiva que permite o empoderamento de outros atores ainda assusta, mas desafia a equipe gestora a continuar buscando parceiros para equacionar os problemas de saúde que determinam ou condicionam o processo saúde doença, e que a saúde não tem governabilidade para minimizar, corrigir ou eliminá-lo, sendo necessário insistir na sensibilização de parceiros que aumentem a governabilidade do setor.

4.4 Financiamento

A responsabilidade do financiamento do sistema Único de Saúde (SUS) é tripartite, ou seja, das três esferas de governo: federal, estadual e municipal, por meio da vinculação de orçamento da seguridade social.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

De acordo com a Lei 141/2012, os municípios devem investir no mínimo 15% de suas receitas e, os estados 12%.

Para a União ficou definida uma regra específica, de que deverá investir o mesmo valor do ano anterior adicionado da variação nominal do PIB (Produto Interno Bruto).

O Financiamento do SUS e o uso dos recursos está sob fiscalização dos Conselhos de Saúde do nível correspondente (Municipal, Estadual e Nacional) e dos Órgãos de Fiscalização e Controle, como os Tribunais de Contas de cada esfera administrativa.

O repasse financeiro dos recursos do SUS é feito diretamente do FNS para os fundos dos Estados e para os fundos dos Municípios, ou de forma complementar, dos FES para os Fundos Municipais. Essa modalidade de transferência é chamada de repasse fundo a fundo.

Em Cerro Negro, a contabilidade do FMS está sob a responsabilidade do profissional técnico da Secretaria de Administração, por meio do SIOPS.

O financiamento do setor está contemplado no PPA - Plano Plurianual, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias ambas construídas tecnicamente e após aprovados em audiência Pública.

Para o financiamento das ações necessárias para garantir o Direito a Saúde, o município além do investimento com recursos próprios recebe recursos da União do Estado.

Além disso, os gestores precisam comprovar a aplicação dos recursos recebidos nas despesas previstas e eventuais, respeitando as pactuações estabelecidas nos planos de saúde, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e em outros documentos e atos normativos próprios do SUS.

4.5 Modelo de Gestão

Na perspectiva de superar as dificuldades na gestão do Sistema Único de Saúde, o município está aderindo ao Pacto de Gestão, onde os gestores das três esferas de governo assumem o compromisso público da construção do Pacto pela Saúde. Este será anualmente revisado, com base nos princípios e diretrizes do SUS, com ênfase as necessidades de saúde da população, e implicando na definição de prioridades articuladas e integradas nos três componentes: Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão do SUS.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Pacto pela Vida, constituído de um conjunto de compromissos sanitários expressos em objetivos de processos e resultados e derivados de análise da situação de saúde do município e das prioridades definidas pelos três entes federados.

Significa uma ação prioritária no campo da saúde, que deverá ser executada com foco em resultados e com a explicitação inequívoca dos compromissos orçamentários e financeiro para o alcance dos resultados.

O Pacto em defesa do SUS envolve ações concretas dos três entes federados, para reforçar o SUS, como política pública de saúde. Mais do que política de governo, uma política em defesa dos princípios basilares desta política inscritos na Constituição Federal.

A efetivação deste pacto exige um movimento de repolitização da saúde com estratégias de mobilização social, extrapolando os limites do setor, para que o processo institucional de saúde assegure a saúde como direito de cidadania, tendo o financiamento público da saúde como um dos pontos centrais.

O Pacto de Gestão estabelece as competências de cada ente federado, reduzindo as competências concorrentes, fortalecendo a gestão compartilhada do SUS.

Considerando a extensão territorial, com muitas diferenças e iniquidades regionais, mais que definição de diretrizes é necessária avançar na regionalização do SUS respeitando as singularidades.

O município de Cerro Negro aderiu ao Pacto de Gestão no final de 2009, tendo muitos desafios frente a este modelo de gestão, onde estão estabelecidos em metas e compromissos renovados anualmente.

Os principais desafios estão relacionados à gestão do sistema: planejamento, controle avaliação e auditoria, financiamento, e gestão de pessoas e a capacidade instalada própria, contratualizada, municipal e regional, frente às necessidades da população.

Este documento foi produzido em completa sinergia com esta política, alinhando as prioridades o que reflete por sua vez a semelhança no perfil epidemiológico brasileira no que se refere ao predomínio das condições crônicas.

4.6 Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação estarão representados por um estudo voltado, em particular, para a sistematização das metas do PMS, com vistas a responder à necessidade de informações para a gestão do Plano. Trata-se de identificar eixos prioritários de convergência e necessidades de articulação intra e intersetorial para



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

superar fatores condicionantes de desigualdades geográficas e socioeconômicas, merecedoras de estratégias diferenciadas de intervenção. Uma das bases para isso serão os pactos estabelecidos entre o município o estado e a união objeto da primeira vertente acima apresentada.

Em relação à gestão: O processo de gestão do Plano enfatizará a coordenação no âmbito da Secretaria Municipal de saúde e a articulação intersetorial, como estratégias centrais para as ações possam ter coerência e consistência em relação aos objetivos traçados. A adoção de tais estratégias tem por objetivo legitimar a implementação do Plano junto às outras esferas do SUS e angariar o reconhecimento das esferas políticas e da sociedade em geral.

Na SMS e do ponto de vista organizacional, a gestão do PMS será exercida por uma coordenação executiva vinculada ao Secretário Municipal de Saúde, a qual cuidará dos aspectos técnico-operacionais inerentes à implementação, a serem traduzidos em programas e ou projetos. Essa coordenação será incumbida de manter a imprescindível unidade tática em todo o processo, a ser assegurada pela atuação de comissão executiva responsável por acompanhar o cumprimento das metas.

A comissão executiva será apoiada pelo setor de informação e informatização, cujo objetivo será desenvolver modelos de instrumentos para o monitoramento e avaliação do PMS, com vistas a subsidiar a sua gestão. O conhecimento do quadro sanitário será essencial para entender, adequadamente os compromissos assumidos pelo governo no atendimento as necessidades de saúde da população Cerronegrense.

A Comissão será nomeada pelo Secretário Municipal de Saúde, aprovada e publicada através de RESOLUÇÃO, pelo CMS.

As informações oficiais serão comparadas com os boletins de produção municipal, permitindo assim corrigir as inconsistências, melhorando as informações municipais.

4.7 Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social está localizada na Rua Francisco Pucci Primo, nº 140, no centro do município de Cerro Negro. Sua principal função é atender as famílias cadastradas no CadÚnico - Programa Social do Governo Federal – dentro desse programa, encontra-se os Programas: Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Cadastro do Idoso, Isenção de Taxas para Concurso Público, Minha Casa Minha Vida entre outros.

A SMAS atende os serviços de média complexidade no atendimento das famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos, familiar e comunitário, não



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

foram rompidos. Dessa forma, os serviços requerem maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado com visitas domiciliares.

Estão vinculados à SMAS os seguintes conselhos: CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente; CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social; CMI – Conselho Municipal do Idoso e; CMHCN – Conselho Municipal de Habitação de Cerro Negro. Todos os conselhos têm a função de discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais no município.

Quadro 02: Profissionais da SMS e seus respectivos cargos

Nome	Cargo
Geana Paula Pereira	Responsável pelo CadÚnico
Lucimara Aparecida Estebam	Assistente Social da equipe MC
Roseana Terezinha Franco Rotta	Psicóloga da equipe MC
Cleonice Mara Gonçalves	Gestão da Secretaria
Mariluci Antunes Mota	Responsável pelos Conselhos
Jair Batista Martins	Secretário Municipal de Assist. Social
Contato com a SMS	(49) 3258 0275 (49) 988477722 social@cerronegro.sc.gov.br

Fonte: O autor

4.8 Segurança

No quadro 03 é apresentado os dados dos responsáveis pela segurança pública de Cerro Negro/SC.

Quadro 03: Responsáveis pela Segurança Pública em Cerro Negro/SC.

Nome	Cargo	
Léo Milkiewicz	Agente da Polícia Civil	(49) 3258-0060 / 98501-6755
Nilson Martins	Sargento Polícia Militar	(49) 99979-2635



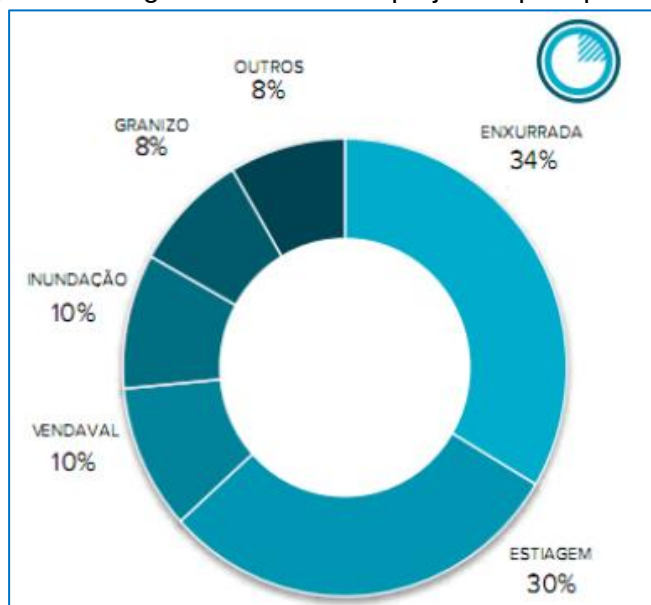
4.9 Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

Atualmente, a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos está sob a responsabilidade de gestão do Sr. Francisco Cerginel Rodrigues (49 99944-4414) e Sr. Renato Martins (49 98801-0074), está situada à Rua Hélio Francisco Pereira, no centro do município. No anexo I é apresentado a lista dos equipamentos e máquinas.

5. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS

O estado de Santa Catarina destaca-se pelo número de registros de desastres, como estiagem, vendaval, inundação brusca, inundação gradual, deslizamento de terra, granizo e ciclone. Conforme CEPED UFSC (2016), as enxurradas e a estiagem são as mais representativas (Figura 07).

Figura 07: Registros de danos e prejuízos por tipo de evento.



Fonte: CEPED/UFSC (2016).

No período de 2011 a 2015, em todos os meses do ano ocorreram eventos de inundação, sobretudo a classificada como brusca. Já os eventos de estiagem têm maior ocorrência no verão, principalmente no mês de novembro (MAGNAGO et al., 2015).

A Epagri é responsável pela operação da rede de monitoramento hidrometeorológico da ANA na vertente atlântica catarinense, que conta com 145 estações hidrológicas. Dessas, 30 são automáticas, capazes de medir automaticamente níveis de rios e de chuva e transmitir essas informações por sinal de satélite para bancos de dados em Brasília e em Florianópolis. A modernização da rede teve início em 2011,



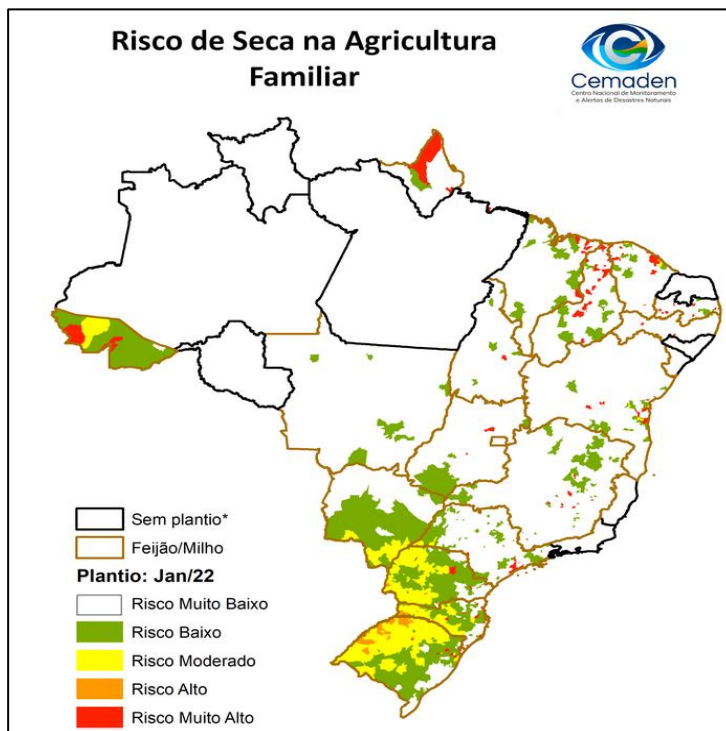
GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ano em que não havia nenhuma estação automática da ANA na região da vertente atlântica catarinense.

A Figura 07 mostra o risco de seca para o plantio realizado no mês de janeiro/22, o qual indica que 173 municípios apresentaram risco muito alto: região Sul (29); região Sudeste (38); região Norte (7); região Nordeste (97); e região Centro-Oeste (2). Outros 81 municípios com risco alto de plantio do feijão/milho para o mês de janeiro, 80 na região Sul e 1 no Nordeste e 505 com risco moderado, sendo 476 na região Sul.

Ressalta-se que o índice é específico para cultura de feijão/milho (ciclo de 90 dias) e o risco é calculado por meio de variáveis ambientais e socioeconômicas, portanto, os mapas mostram municípios onde o sistema de agricultura familiar pode ser impactado pela seca. Destaca-se ainda que as regiões da Figura 07 e 08, com safra vigente, finalizarão o ciclo do feijão no mês de fevereiro e março, respectivamente; e os municípios categorizados com risco moderado a muito alto são aqueles com maiores chances de um possível impacto na agricultura familiar.

Figura 08: Risco de Estiagem em janeiro de 2022.



Fonte: Cemaden/MCTI (www.gov.br)

O mapa de risco de seca para a agricultura familiar é elaborado mensalmente a partir das variáveis físicas de ameaça de seca, tais como o déficit de precipitação,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

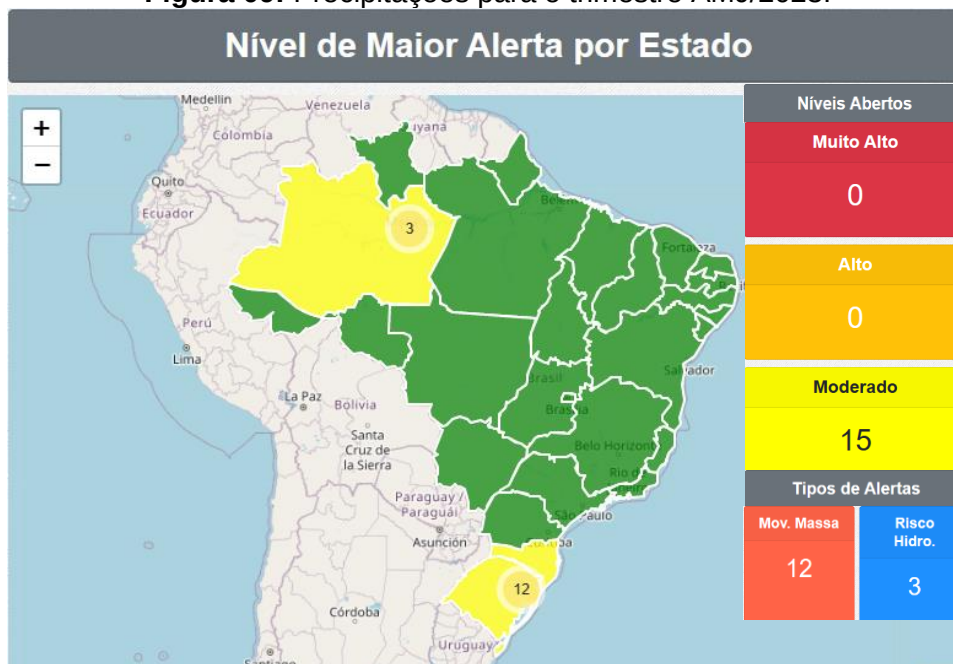
umidade do solo e índice de vigor vegetativo, combinadas com informações sobre as vulnerabilidade e capacidades locais da agricultura familiar.

Como informações sobre as vulnerabilidades e capacidades adaptativas são usadas, por exemplo, percentual dos estabelecimentos de agricultura familiar de sequeiro; dependência econômica das atividades agro produtivas; com o destaque que todas as variáveis são filtradas exclusivamente para a agricultura familiar.

Além disso, é utilizado o calendário agrícola disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o feijão 1ª, 2ª e 3ª safra. As intensidades do risco indicam os municípios que poderão ser mais ou menos impactados pela seca agrícola.

Para o ano vigente, 2023, o mapa a seguir na figura 09, ilustra a precipitação no país, no 2º trimestre, com seus níveis de alertas.

Figura 09: Precipitações para o trimestre AMJ/2023.



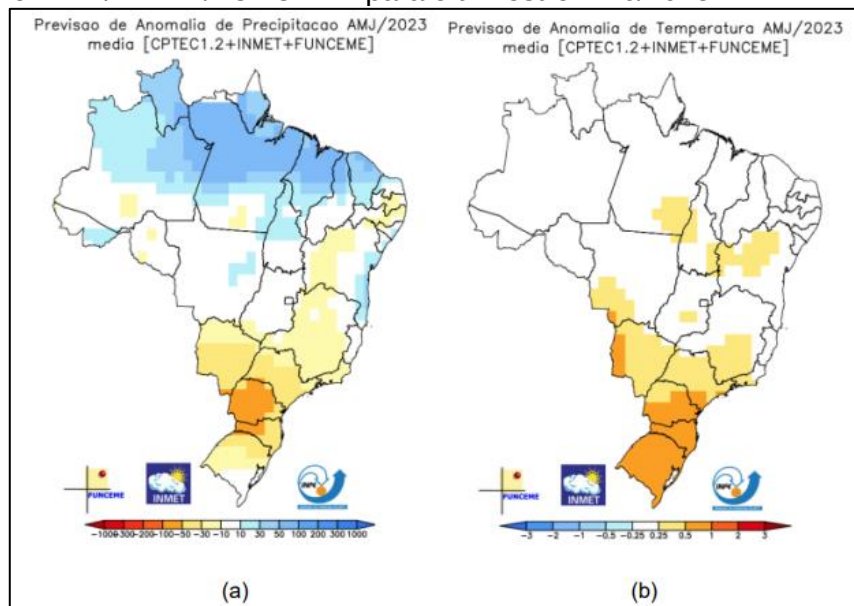
Fonte: INMET, 2023.

Na Região Sul, mesmo que ocorram chuvas dentro ou abaixo da média no Paraná e em Santa Catarina, os níveis de água no solo ainda poderão continuar altos, com valores superiores a 90%, devido aos altos volumes de chuva que foram observados nos últimos meses, o que pode beneficiar o desenvolvimento dos cultivos de segunda safra, além das fases finais dos cultivos de primeira safra (Figuras 10a, 10b e 10c).



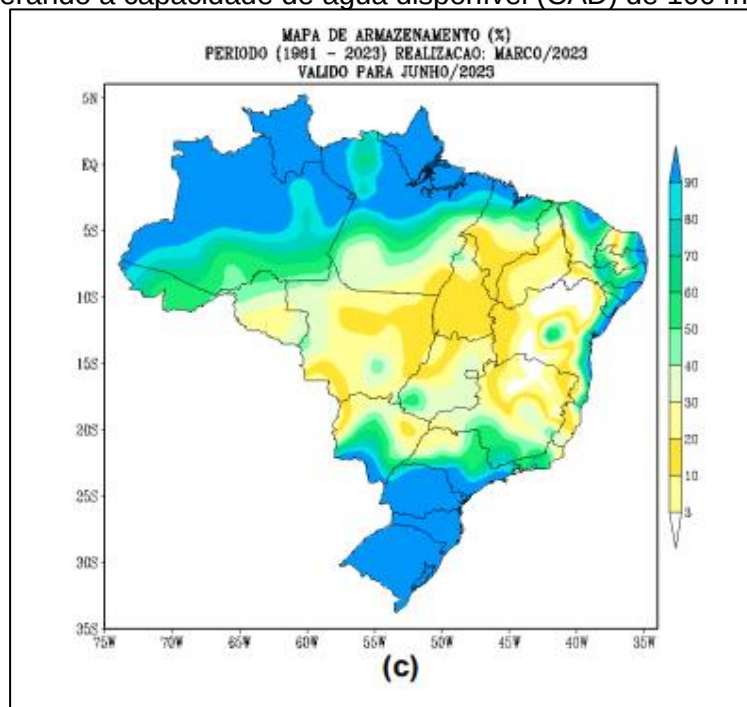
GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Figura 10: Previsão de anomalias de (a) precipitação e (b) temperatura média do ar do multimodelo INPE/INMET/FUNCEME para o trimestre AMJ/2023.



Fonte: INMET (2023).

Figura 10 – Previsão de armazenamento de água no solo (%) até (c) junho/2023 no Brasil, considerando a capacidade de água disponível (CAD) de 100 mm.



Fonte: INMET (2023).



5.1 Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Tabela 07 - Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos

Nº Decreto Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo 04)	Breve relato
Nº 476 Dez/2013	GRANIZO/VENDAVAL (COBRADE:1.3.2.1.3 e 1.3.2.1.5), conforme IN/MI 02/2012	Ocorrência de granizo acompanhada de vendaval, ocorrida na madrugada de 05 de dezembro de 2013, atingindo todo o município de Cerro Negro. O vento foi de grande magnitude e não foi um evento recorrente. O desastre foi caracterizado como Situação de Emergência. Através do decreto foram convocados voluntários para ações de resposta aos desastres, realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, objetivando ações de assistência à população afetada.
Nº 509 Jun/2014	CHUVAS INTENSAS (COBRADE:1.3.2.1.4), conforme IN/MI 02/2012	Ocorrência de chuvas intensas no período de 23/06 a 28/06/2014, atingindo o município, resultando em danos e prejuízos na malha rodoviária (pontes, bueiros e deslizamentos de barrancos). Foi decretada a existência de situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência.
Nº 684 Jun/2017	CHUVAS INTENSAS com INUNDAÇÃO (COBRADE:1.3.2.1.4), conforme IN/MI 01/2017	Incidência de fortes chuvas de 29/05 à 06/06/2017, atingindo toda a região do município, causando prejuízos em residências, logradouros, bueiros, canalização, pontes, passadouros e estradas, bem como na agricultura. O Decreto mobilizou todos os órgãos municipais e voluntários, autorizando ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução. Também foram autorizados as autoridades



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		administrativas e os agentes da defesa civil à penetrar nas casas para prestar socorro ou determinar a pronta evacuação; usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houve dano. A Defesa Civil Municipal ficou responsável pela coordenação de todas as ações.
Nº 851 Mar/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 18/03/2020. Este Decreto considerou a declaração de pandemia da OMS; os dispostos na Lei Federal nº 13.979/2020; Decretos Estaduais de Santa Catarina nº 506 e 12/03/2020, nº 509 e nº 515 de 17/03/2020; Resolução da FECAM nº 039/2020 e Assembleia Extraordinária da AMURES de 17/03/2020, para criar o Comitê de Gerenciamento de Crise e decreta outras providências para necessidade de implantação de medidas para resposta imediata no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do coronavírus (COVID-19).
Nº 852 Mar/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 18/03/2020. Este Decreto considerou a declaração de pandemia da OMS; os dispostos na Lei Federal nº 13.979/2020; Decretos Estaduais de Santa Catarina nº 506 e 12/03/2020, nº 509 e nº 515 de 17/03/2020; Resolução da FECAM nº 039/2020 e Assembleia Extraordinária da AMURES de 17/03/2020, para regulamentar o regresso e/ou afastamento dos agentes públicos sintomáticos e/ou assintomáticos; suspensão do expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, com as atividades realizadas na modalidade de teletrabalho ou remoto; Fixação de escalas de plantão para os órgãos considerados essenciais



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		para o funcionamento da Prefeitura; Suspensão por 7 dias atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública com exceção das unidades de atenção à saúde, da vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil; Suspensão agendamentos dos atendimentos nas Unidades de Saúde, para aqueles não classificados como urgência e emergência enquanto durar período de quarentena decretado pelo Governo Estadual; No período de 30 dias, suspensão de férias e licenças, inclusive as já programadas para os servidores da SMS, também das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino (municipal, estadual e federal) e demais medidas decorrente ao enfrentamento do COVID-19.
Nº 853 Mar/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 24/03/2020 que prorroga para mais 7 dias o prazo de medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – COVID-19, considerando a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais nº 851 e 852 de 18/03/2020 e os dispostos nos Decretos Estaduais 509, 515 de 17/03/2020 e nº 525 de 24/03/2020.
Nº 854 Mar/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 31/03/2020 que prorroga o prazo de medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – COVID-19, até 7 de abril, considerando a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais nº 851 e 852 de 18/03/2020, nº 853 de 24/03/2020 e os dispostos nos Decretos Estaduais 509,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		515 de 17/03/2020, nº 525 de 24/03/2020 e nº 535 de 30/03/2020.
Nº 856 Abr/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 13/03/2020 que dispõe sobre a aplicabilidade automática dos Decretos e Regulamentos editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com vistas a estabelecer medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus – COVID-19, disciplina o uso de máscaras domésticas pela população, estabelece regras para o funcionamento dos serviços públicos e dá outras providências como: o fim do período de quarentena e retomada dos serviços públicos prestados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, com exceção das aulas nas unidades de ensino da rede pública municipal; o regime de teletrabalho será mantido a critério do responsável por cada Secretaria e órgão municipal; permanência de afastamento das atividades laborais presencial para os servidores do grupo de risco e, na impossibilidade de exercer remotamente, ficam com as faltas abonadas de acordo com os termos do art. 3º, § 3º da Lei n. 13.979 de 06/02/2020; adoção de medidas preventivas para os órgãos que retornam suas atividades, bem como a toda população cerronegrense.
Nº 857 Abr/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 14/07/2020 que fixa horário de atendimento ao público e funcionamento interno das 8h às 12h e, no período vespertino, em home office, com medidas de isolamento social previstas em Decretos anteriores.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº 864 Mai/2020	ESTIAGEM (COBRADE:1.4.1.1.0), conforme IN/MI 02/2016	O município vem sofrendo forte estiagem desde 01/11/2019, atingindo-o completamente, com estimativa de perda em todos os cultivos, variando entre 30% a 50%, podendo chegar a R\$ 19.694.738,00 de prejuízos e 60% da população rural com falta água em suas residências. Esse desastre foi classificado pela Defesa Civil municipal como Situação de Emergência. Os órgãos municipais e voluntários, foram autorizados a reforçar as ações de resposta ao desastre na assistência da população afetada.
Nº 866 Mai/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 20/05/2020 adota medidas administrativas, no âmbito municipal, em cumprimento às ações de saúde pública, fixa horário de atendimento ao público nas Secretarias de Educação, Cultura e Turismo e de Assistência Social e funcionamento interno das 8h às 14h, sem fechar ao meio dia, e o Conselho Tutelar devendo obedecer ao sobreaviso normalmente, com medidas de isolamento social previstas em Decretos anteriores.
Nº 878 Jun/2020	VENDAVAL (COBRADE:1.3.2.1.5), conforme IN/MI 02/2016	Em 30 de junho de 2020, o município foi atingido por uma tempestade – vendaval, caracterizado por rajadas de vento estimada entre 80 e 130 km/h, com vários danos como: o destelhamento de 62 casas, 23 galpões dentre estes, galpões de fumo, 16 propriedades com estufas danificadas (arcos e lonas), estimativa de perda de 30% do cultivo. Na época, a Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil declarou Situação de Emergência por Tempestade – VENDAVAL. A Defesa Civil Municipal ficou responsável pela coordenação de todas as ações de resposta ao desastre na assistência da população afetada.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº 879 Jul/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 20/07/2020 que reconhece como autoridade de saúde os militares e servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, para fins de fiscalização das medidas de enfrentamento ao contágio do novo coronavírus – COVID-19.
Nº 883 Ago/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 10/08/2020 que dispõe de medidas restritivas de prevenção ao contágio pelo COVID-19, no território municipal de Cerro Negro, na continuidade do distanciamento social: horário funcionamento de bares e atividades similares, comércio em geral (8h as 19h de segundas-feiras aos sábados, fechando no domingo); Postos de combustíveis (6h as 19h de segundas-feiras aos sábados, fechando no domingo); todos estabelecimentos comerciais fechando nos domingos, inclusive a praça central que fechará aos sábados a partir do meio dia, proibido comércio ambulante; Farmácias e serviços de Saúde sem restrição de dias e horários e; proibido aglomerações de toda espécie. Responsabilidade de fiscalização ficando com as equipes de Vigilância Sanitária e de Segurança Pública.
Nº 884 Ago/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Regulamenta o horário de funcionamento dos plantões e hora de sobreaviso do Setor de Vigilância Sanitária (19h às 8h do dia seguinte), vigente durante o período da pandemia do COVID-19, em caráter emergencial, cabendo à SMS definir escala de trabalho nos finais de semana, sem ultrapassar o limite de 60h semanais.
Nº 890 Ago/2020	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 28/08/2020 que determina novas medidas de enfrentamento da pandemia do COVID-19, diante da alteração da classificação de risco na



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		região de saúde, para risco potencial gravíssimo nos termos da Portaria SES-592 e dispondo de outras providências obrigatórias a todos cidadãos Cerronegenses e àqueles que transitarem no território do município, como: distanciamento de 1,5m (um metro e meio) ente as pessoas; uso obrigatório de máscaras de proteção; proibição de aglomerações e eventos esportivos; manutenção de funcionamento dos horários restritivos para mercados, supermercados, açougues e congêneres e aplicação de multa para o descumprimento.
Nº 891 Set/2020	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 03/09/2020 que determina novas medidas de enfrentamento da pandemia do COVID-19, diante da alteração da classificação de risco na região de saúde, para risco potencial gravíssimo nos termos da Portaria SES-592 e dispondo de outras providências, suspendendo as atividades em todos os órgãos da administração pública municipal nos dias 03 e 04 de setembro de 2020, incluindo as atividades da SMS e as externas da secretaria de obras e de meio ambiente.
Nº 901 Out/2020	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 21/10/2020 que cria o Comitê Estratégico de retorno às aulas presenciais no município com as composições dos seus representantes, para elaboração do Plano de Contingências Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19.
Nº 929 Fev/2021	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 26/02/2021 que estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		municipal, a suspensão, sob regime de quarentena, das 23h de 26/02 até as 06h do dia 1º de março e das 23h do dia 5 até 6h do dia 8/03, os serviços e atividades de: comércio de rua, centros comerciais, galerias, academias, centros de treinamentos, salões de beleza, barbearias, cinemas, teatros, shows, espetáculos, bares, pubs, cafés, pizzarias, lanchonetes, restaurantes, parques (temáticos, aquáticos), zoológicos, circos, museus, feiras, exposições e inaugurações, congressos, palestras, seminários, clubes (sociais, esportivos e quadras esportivas) canchas, CTG's, agências bancárias, lotéricas e cooperativas de crédito, eventos e reuniões de qualquer natureza, inclusive modalidade drive-in, salões de festas e demais espaços de uso coletivo, ficando à Polícia Militar e Civil e ao Corpo de Bombeiros a fiscalização.
Nº 931 Mar/2021	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 03/03/2021 que estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em acréscimo às normas em vigor, proíbe a venda ou consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e suas lojas de conveniência, entre 21h e 6h; carreatas em qualquer horário; permissão funcionamento entre 6h e 21h e proibidas aos sábados e domingos para academias, centros de treinamento, piscinas de uso coletivo, clubes (sociais e esportivos), quadras esportivas. Permissão funcionamento entre 6h e 21h, com limite ocupação de 25% para todos eventos sociais e de qualquer natureza; Permissão de funcionamento com encerramento até 21h para restaurantes, cafeterias,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		pizzarias, casas de chás e sucos, lanchonetes, confeitarias, padarias e afins; manutenção distanciamento social de 1,5m; trabalhadores idosos ou do grupo de risco medidas restritivas permanecem; aplicação de multa no descumprimento e a obrigatoriedade de notificação à autoridade sanitária local, pelos médicos e/ou responsáveis por estabelecimentos públicos e particulares de saúde no exercício da profissão, a ocorrência de fato comprovado ou presumível de COVID-19.
Nº 934 Mar/2021	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 25/03/2021 que estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em acréscimo às normas em vigor, pelo período de 15 dias, proíbe a venda ou consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e suas lojas de conveniência, entre 18h e 6h; permissão funcionamento entre 6h e 21h e proibidas aos sábados e domingos para academias, centros de treinamento, piscinas de uso coletivo, clubes (sociais e esportivos), quadras esportivas. Permissão funcionamento entre 6h e 21h, com limite ocupação de 25% para todos eventos sociais e de qualquer natureza; Permissão de funcionamento entre 6h e 21h para restaurantes, cafeterias, pizzarias, casas de chás e sucos, lanchonetes, confeitarias, padarias e afins; comércio de rua permissão funcionamento das 8h às 20h; manutenção distanciamento social de 1,5m e uso obrigatório de máscaras; trabalhadores idosos ou do grupo de risco medidas restritivas permanecem; aplicação de multa no descumprimento e a obrigatoriedade de notificação à autoridade sanitária local, pelos médicos e/ou responsáveis por estabelecimentos



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		públicos e particulares de saúde no exercício da profissão, a ocorrência de fato comprovado ou presumível de COVID-19.
Nº 947 Mai/2020	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 20/05/2020 que altera o comitê de Gerenciamento de Crise com novas composições dos seus representantes.
Nº 948 Mai/2021	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 20/05/2021 que estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em acréscimo às normas em vigor, para bares, pubs e afins, em observância da Portaria SES nº 455 de 30/04/2021, no nível de risco potencial gravíssimo, utilizar o espaço do seu salão para eventos sociais com limite ocupação de até 50 pessoas e, no nível grave de até 100 pessoas com funcionamento das 6h às 23h. No nível potencial alto, funcionamento das 6h à meia noite observando regramento da Portaria SES nº 1.024 de 30/12/2020. No nível potencial moderado, funcionamento conforme alvará e regramento da Portaria SES nº 1.024 de 30/12/2020. Demais eventos sociais e reuniões afins, das 6h às 23h. proibição venda bebidas alcoólicas das 23h às 5h para nível gravíssimo e grave e meia noite as 5h para o nível alto. E demais regramentos de horários e limite de ocupação para outros estabelecimentos e eventos, conforme nível potencial de risco.
Nº 951 Jun/2021	COVID-19 – Doenças Infeciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 02/06/2021 que estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19, em âmbito municipal, em acréscimo às normas em vigor, com a prorrogação das medidas estabelecidas no Decreto nº 948/2021



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		entre os dias 01 a 15/06/2021, exceto quando houver outras medidas estabelecidas pelo Governo Estadual.
Nº 998 Jan/2022	ESTIAGEM (COBRADE:1.4.1.1.0)	O Decreto mobilizou todos os órgãos municipais e voluntários, autorizando ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução. Também, foi autorizado a convocação de voluntários para ações de resposta aos desastres, realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, objetivando ações de assistência à população afetada, sob a coordenação da Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Nº 1003 Jan/2022	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 21/01/2022 que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao combate à pandemia do novo coronavírus – COVID-19, no âmbito municipal, suspendendo temporariamente eventos (festas, shows, bailes, matinês, rodeios e torneios de qualquer gênero e espécie, campeonatos de qualquer modalidade esportiva, festas particulares de qualquer gênero e espécie); permitido realizações de reuniões, conferências, eventos corporativos com lotação máxima de 70%, seguindo os protocolos e regras de segurança para não disseminação do COVI-19.
Nº 1013 Mar/2022	COVID-19 – Doenças Infecciosas Virais (COBRADE:1.5.1.1.0)	Datado de 15/03/2022 que dispõe sobre medidas e recomendações sanitárias para fins de enfrentamento do COVID-19, no âmbito municipal, estabelecendo a vacinação da população cerronegrense, conforme o PNI e demais normas estaduais; desobrigado o uso de máscaras de proteção facial em ambientes fechados e abertos, cabendo o uso nas pessoas que



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		apresentem sintomas gripais ou que tiveram contato com caso suspeito ou confirmado de COVID-19 nas últimas 48 horas, mantendo isolamento ou quarentena; mantendo o uso de máscaras para pessoas do grupo de risco, em locais fechados como transporte público e estabelecimentos de saúde com distanciamento físico de 1m; autorizado o funcionamento dos serviços públicos e das atividades privadas para eventos corporativos, feira de negócios, shows, entretenimento, eventos sociais e esportivos; Uso de máscaras de proteção facial para os profissionais da saúde e seus usuários em quaisquer serviços da área da saúde e da SMS.
FIDE SC-F-4204178-12200-20220623	ENXURRADAS (COBRADE:1.2.2.0.0)	O auto índice de chuvas causou estragos pela área rural do município, segundo levantamento da estação meteorológica de Abdon Batista cidade que faz divisa com Cerro Negro, em 4 dias choveu mais de 150mm, no dia 23 chegou a chover mais de 88mm. A área rural foi a mais atingida, várias comunidades sofreram com as enchentes sendo elas: Alemães, Sagrado, Umbu, Campinho, Araçá e São Jorge, essas foram as mais prejudicadas devido ao alto índice de chuvas. As aulas tiveram que ser canceladas pois em algumas comunidades o nível da água passou por cima de bueiros. Na divisa entre as comunidades de Alemães e Sagrado uma ponte foi destruída e levada pela enxurrada, essa que liga as duas comunidades com grande fluxo de carros e também ônibus escolares, está causando um grande transtorno, pois os ônibus escolares e demais veículos precisam se deslocar por outra estrada para ir de uma comunidade a outra que fica aproximadamente 50 quilômetros mais longe.



6. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES

O Guia de preparação e respostas do setor de saúde aos desastres, de 2015 (Freitas, 2018), diz que a preparação para o desastre se inicia muito antes de ele acontecer, por meio da elaboração e da sistematização de ações no Plano de Preparação e Resposta (PPR). De acordo com a PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, é de competência da SVS coordenar a preparação e a resposta das ações de vigilância em saúde na ESPIN e na ESPII. Para isso, a SVS adota planos de preparação, resposta, e elabora planos de contingência específicos, que precisam estar alinhados com o Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública (PRESP), aprovado em 2014. É ele quem dá as diretrizes para a atuação da SVS em tempo oportuno e de forma qualificada e cooperativa (Brasil, 2014; PNPDEC, 2017).

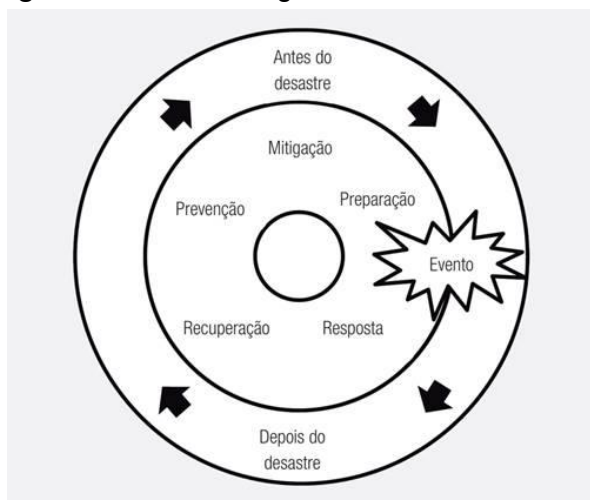
O ciclo de gestão de desastres provê entendimento sobre os passos que devem ser tomados em cada uma das fases, incluindo aquelas iniciais que se sustentam em áreas específicas.

Como signatário da ONU, o Brasil é um dos 196 países nos quais vigora, desde 2007, o RSI, aprovado na 58ª Assembleia Mundial de Saúde da OMS. O texto traz instruções para prevenção e resposta a uma ESPII.

O RSI estipula que os países são responsáveis pelo aprimoramento das ferramentas de detecção e avaliação de eventos que ocorram em seus territórios, classificando-os em emergências de importância nacional ou internacional, e que devem comunicá-los à OMS quando houver o risco de disseminação para outros países. Além disso, os países precisam definir 'Pontos Focais Nacionais' (PFN) para o RSI.

Tanto a OMS quanto a PNPDEC, utilizam cinco fases para definir o ciclo do desastre: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, conforme mostra a figura 11.

Figura 11: O ciclo da gestão de desastres



Fonte: PNPDEC (2012).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em conformidade com o RSI e com o Marco Sendai, o marco legal brasileiro, materializado na Instrução Normativa nº 2, de 2016, e na PNPDEC, traz a definição e o entendimento do que seja uma Emergência em Saúde Pública (ESP), a qual tem duas ações - situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (CP) -, subdivididas em três níveis hierarquizados pelo grau de intensidade do fenômeno.

A diferença entre SE e CP é a intensidade e a gravidade dos prejuízos causados, comparativamente à capacidade de estados e municípios de lidar com esses danos (PNPDEC, 2017). Assim, como explica o Quadro 04, à SE correspondem os níveis I e II de intensidade do evento, sendo o nível III correspondente à CP⁹.

Quadro 04: Classificação, características e ação de desastre.

Nível	Características	Ação
Nível I (pequena intensidade)	Somente danos humanos consideráveis cuja normalidade possa ser restabelecida com recursos mobilizados em nível local.	SE
Nível II (média intensidade)	Danos e prejuízos suportáveis e superáveis pelos governos locais cuja normalidade possa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais, afetando a capacidade do poder público local de responder e gerenciar a crise instalada.	SE
Nível III (grande intensidade)	Danos e prejuízos não superáveis e suportáveis pelos governos locais cujo restabelecimento da normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do SINPDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional.	CP

Fonte: PNPDEC (2017).

A Vigilância Ambiental em Saúde possui o importante escopo de atuar, mediante um conjunto de ações e de serviços, na detecção, prevenção e combate aos agravos gerados pelo meio ambiente, os quais interferem na saúde humana.

O VIGIDESASTRES constitui-se em um programa que propõe o desenvolvimento de ações contínuas no âmbito da saúde pública, com um modelo de atuação nas diferentes etapas de gestão do risco

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sra. Eloise de Jesus Vanin, alocada na Vigilância Sanitária.

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres, conforme quadro 05.

⁹ A declaração de CP e SE nos níveis estaduais e municipais pode se dar concomitantemente à existência de uma ESPIN, pois cada uma dessas ocorrências prevê compensações financeiras ou amortizações de dívidas específicas e que precisam ser contempladas caso a caso.



Quadro 05: Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS.

6.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE

O Brasil, os desastres naturais e tecnológicos (provocados) são divididos em grupos e subgrupos, a partir da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Para os naturais, são considerados cinco grupos: geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos. Já os tecnológicos são separados em ocorrências relacionadas a substâncias radioativas, produtos perigosos, incêndios urbanos, obras civis e transporte de passageiros e de cargas não perigosas.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A COBRADE foi definida como um processo de nivelamento dos tipos de desastres de acordo com uma codificação internacional, ou seja, ela traz a especificidade dos desastres que temos no Brasil, mas é alinhada com os marcos internacionais de gestão de risco de desastres. Ela apresenta 65 tipos ou subtipos de desastres e que o trabalho da Defesa Civil Nacional se baseia nessas especificações.

Dentre os desastres que geram maior impacto e mais são registrados no Brasil, estão os relacionados ao excesso ou à falta de chuvas.

Tabela 08: Especificações de cada desastre conforme COBRADE.

Tipo de desastre	Classificação
DESASTRES NATURAIS	
Geológicos	Terremotos, as emissões vulcânicas, os movimentos de massa e as erosões
Hidrológicos	inundações, as enchentes e os alagamentos.
Meteorológicos	Ciclones e frentes frias/zonas de convergência; tornados, tempestade de raios, granizo, chuvas intensas e vendavais.
Climatológicos	Período de seca, que pode ser dividido em estiagem, seca, incêndio florestal e baixa umidade do ar (abaixo 20%).
Biológicos	Epidemias e pandemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas) e as infestações/pragas (infestações de animais, de algas e outras infestações).
DESASTRES TECNOLÓGICOS	
Substâncias Radioativas	Queda de satélites com motores ou corpos radioativos, substâncias e



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

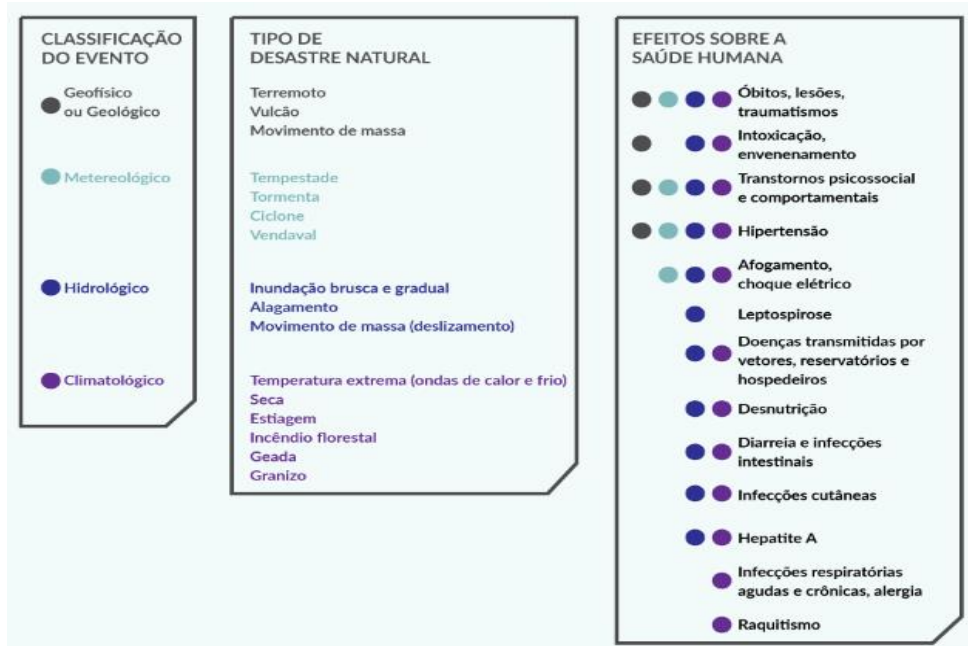
	equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares
Produtos perigosos	Liberação de produtos químicos em diversos ambientes, com risco de explosão/ incêndio em plantas industriais ou outros sítios; contaminação da água (lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água)
Conflitos bélicos	Liberação de produtos químicos e contaminação (natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica) como consequência de ações militares ou terroristas em atentados ou em caso de guerra
Extravasamento produtos perigosos	Em transporte no modal: rodoviário, ferroviário, aéreo, dutoviário, marítimo e aquaviário
Incêndios urbanos	Descontrole do fogo em plantas e distritos industriais, parques, depósitos e em conjuntos habitacionais de grande densidade.
Obras civis	Queda de estrutura civil (edificações) e rompimento ou colapso de barragens.
Transportes de passageiros e cargas não perigosas	No modal: rodoviário, ferroviária, aéreo, marítimo e aquaviário

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (COBRADE, 2022).

Além das consequências que todo desastre pode causar no ambiente e na infraestrutura, serviços, economia e sociedade local, devem ser consideradas também as características próprias dos diferentes tipos de ameaças, que podem resultar em múltiplos efeitos, conforme demonstrados na Figura 12.



Figura 12: Tipos de desastres naturais e seus efeitos sobre a saúde humana.



Fonte: OPAS, 2014.

6.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de estiagem ou chuvas intensas com ou sem a presença de granizo, inundações e vendavais.

6.2.1 Redução de riscos no quadro 06.

Quadro 06: Ações da gestão em saúde na preparação, mitigação e recuperação na ocorrência de chuvas intensas com ou sem a presença de granizo, inundações e vendavais.

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis VIGIDESASTRES municipal
Prevenção	Monitoramento de eventos (previsão do tempo) por meio de Rádios, TV, Redes Sociais e demais meios disponíveis: INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp.	
	Manter os Programas de Atenção Integral à Saúde e Atenção Psicossocial	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	(hipertensos, diabéticos, crianças, idosos, mulher e demais população vulnerável).	
Mitigação	Definir mecanismos de comunicação com a população e com os demais setores municipais e da saúde.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin Defesa Civil Municipal Secretaria Municipal Obras SMAS Administração Municipal
	Identificar riscos e vulnerabilidades (localidades mais afetadas, pessoas com maior risco de agravo à saúde)	
	Avaliar todos os recursos disponíveis no município e na saúde (estrutura física e funcional, financeiro e profissionais, equipamentos e etc.).	
	Fornecer os primeiros socorros às vítimas nas UBSs.	
	Avaliar a situação de saúde nos locais atingidos e distribuir medicamentos e insumos.	
	Fornecimento de água potável e segura e, em casos de enxurradas, por exemplo, nas residências quais possuem poços individuais e estes foram atingidos pela enxurrada, recomendação da visa, de limpeza de caixa d'água e aplicação de hipoclorito. Ou ainda em casos de deslizamentos e rompimento de adutora da CASAN, cobrar que a mesma tome providencias imediatas para que o acesso a água fornecida seja potável. Em casos de estiagem, acionar Defesa Civil para fornecimento água potável por meio de "caminhões pipa" ou construção de cisternas. Também, aumento do plano de amostragem de água, conforme a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, com o monitoramento da qualidade da água ampliado de forma emergencial.	
	Acesso adequado a saneamento, através da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento, quando ocasionado eventos adversos, limpeza de ruas, coleta de resíduos, limpeza de bueiros, boca de lobo, uma vez que o município de Cerro Negro não dispõe, ainda, de saneamento básico.	
	Garantir segurança alimentar, principalmente em desastres que afetam a	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Mitigação	produção da agricultura familiar de famílias vulneráveis, ações por meio de distribuição de cestas básicas e de acesso à programas sociais.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin Defesa Civil Municipal Secretaria Municipal Obras SMAS Administração Municipal
	Fornecer abrigos, quando for o caso de vendaval, granizo e inundações que causar danos nas residências, comunicar a Defesa Civil e o Serviço Social para providenciar local para desabrigados ou lonas. A VISA compete verificar condições de habitação temporária desse abrigo, como oferta água potável, condições de higiene do local, comida etc.	
	Garantir, por meio da SMS que, em caso de desastres, como desmoronamentos, deslizamentos, que possam comprometer a rede de água, e causando a contaminação desta, gerando desta forma doenças de veiculação hídrica, serviços clínicos básicos como: assistência médica e farmacêutica, laboratorial, imunização (em casos de lesões ou fatores adversos que em um desastre).	
	No interior do município, as questões como: alagamento de estradas, alagamento e interdição de pontes, comprometendo todo e qualquer tipo de transporte, referenciar o deslocamento de ambulâncias do SAMU ou Bombeiros Voluntários para o caso de emergências. Acionar a Defesa Civil e Secretaria de Obras para o transporte de cargas vivas e demais transportes.	
	Verificar, em casos de estiagem, se os protocolos de proteção contra incêndios: reserva técnica de água e sistema de bombas de incêndio nos hidrantes. Acionar Corpo Bombeiros quando for o caso.	
	Criar equipe de emergências com descrição das tarefas e designação clara dos níveis de autoridade de cada membro da equipe.	
	Elaborar um plano formal de treinamento e capacitação, com simulações de preparação, resposta e recuperação.	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Preparação	Preparar lista de materiais e equipamentos a serem armazenados no local para as tarefas de recuperação	Visa - Eloíse de Jesus Vanin e SMS Defesa Civil Secretaria Municipal de Obras
	Identificar fornecedores de equipamentos críticos, como geradores elétricos, bombas, compressores, principalmente os insumos de saúde e materiais de primeiros socorros, oxigênio, entre outros.	
	Caso esteja em área suscetível a vendavais e se a resistência ao vento de edificações e estruturas não seja conhecida, realizar um estudo de resistências às forças do vento e determinar se é necessário reforçar elementos construtivos, principalmente telhados.	
	Prender ou remover objetos soltos, de forma a evitar que, sob a ação do vento, se convertam em projéteis que possam ser lançados contra estruturas, edificações ou equipamentos. Se necessário, realocar ou proteger equipamentos de alto valor localizados em porões ou áreas suscetíveis ao risco de inundação.	
	Verificação de rio, ribeirão, dique, espelhos d'água, etc. se oferecem ameaça para uma inundação.	
	Revisar anualmente o plano de preparação para inundações e o plano de resposta para atualizações e ajustes, se necessário.	

6.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

No quadro 07 estão relacionados os recursos necessários para responder a esfera municipal de uma ESPIL.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Quadro 07: Ações na ESPIL Cerro Negro I.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS
	Ativação do COE em Nível I - alerta	
	Montar Sala de Situação e acionar o comitê de gerenciamento de crise	
	Aplicar as ações previstas no PPR-ESP municipal	
	Solicitação do kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Vigidesastres/SC.	

6.2.3 Recuperação

Quadro 08: Ações gestão em saúde na recuperação/reabilitação.

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Identificar as áreas e atividades mais prioritárias para a recuperação em curto prazo da funcionalidade dos estabelecimentos de saúde e dos programas, e serviços essenciais necessários para continuar a atenção da saúde da população afetada.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS SMO SMAS Defesa Civil Administração Pública
	Avaliação de danos e perdas	
	Coletar informação sobre as condições de saúde na área afetada depois do desastre.	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Verificar a capacidade operativa dos estabelecimentos e redes de saúde relacionados a infraestrutura física, equipamentos e funcionamento das linhas vitais (água, energia elétrica, comunicações).
	Capacidade operativa relacionada a disponibilidade suficiente de recursos humanos em saúde.
	Solicitar recursos financeiros estadual e federal destinados à atenção da emergência.

Fonte: o autor

6.3 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Epidemias e pandemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas) e as infestações/pragas (infestações de animais, de algas e outras infestações).

6.3.1 Redução de riscos

Quadro 09: Ações da gestão em saúde na preparação, mitigação e recuperação na ocorrência de Epidemias e pandemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas) e as infestações/pragas (infestações de animais, de algas e outras infestações).

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis VIGIDESASTES municipal
Prevenção	Monitoramento de condições de transmissão, seja devido a modificações das características do agente infeccioso, seja passando de doenças raras e restritas para constituírem problemas de saúde pública, por meio da DIVE; ANVISA; OMS.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp.	
	Manter os Programas de Atenção Integral à Saúde e Atenção Psicossocial (hipertensos, diabéticos, crianças, idosos, mulher e demais população vulnerável).	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Definir mecanismos de comunicação com a população e com os demais setores municipais e da saúde.	
	Identificar riscos e vulnerabilidades (localidades mais afetadas, pessoas com maior risco de agravo à saúde)	
	Avaliar todos os recursos disponíveis no município e na saúde (estrutura física e funcional, financeiro e profissionais, equipamentos e etc.).	
Mitigação	Realizar ações de educação em saúde e preparação e resposta no controle de vetores para prevenir a transmissão.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS
	Pré-Imunizar a população contra as infecções respiratórias agudas e crônicas e demais.	
	Aplicar protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças;	
	Fornecer os primeiros socorros aos casos/episódios nas UBSs.	
	Avaliar a situação de saúde nos locais de manifestação e fornecer medicamentos e insumos após avaliação médica.	
	Identificação precoce de casos de infestação, ampliação da retaguarda diagnóstica e o treinamento de equipes de saúde.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS SMAS SMO
	Fornecimento de água potável e segura e, em casos de infestações nas residências quais possuem poços individuais e que estejam contaminados, recomendação da visa, de limpeza de caixa d'água e aplicação de hipoclorito de sódio 2,5%. À VISA compete verificar condições de habitação, oferta água potável, condições de higiene do local, comida etc.	
	Garantir segurança alimentar, principalmente em desastres que afetam a produção da agricultura familiar de famílias vulneráveis, ações por meio de distribuição de cestas básicas e de acesso à programas sociais.	
	Garantir, por meio da SMS, assistência médica e farmacêutica, laboratorial, imunização.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin e SMS
	Traçar planos estratégicos para atendimentos de urgência e emergência e atendimento hospitalar e referenciar o	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	deslocamento com ambulâncias do SAMU ou Bombeiros Voluntários.	
	Em casos de pandemias, endemias, levantamento de dados, oferta de serviços através da vigilância epidemiológica, garantindo acesso aos serviços, através de visitas domiciliares quando necessário, assistência farmacêutica, imunização, encaminhamento a referência e etc.	
Preparação	Criar equipe de emergências com descrição das tarefas e designação clara dos níveis de autoridade de cada membro da equipe.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin e SMS
	Elaborar um plano formal de treinamento e capacitação, com simulações de preparação, resposta e recuperação.	
	Preparar lista de materiais e equipamentos a serem armazenados no local para as tarefas de recuperação	
	Identificar fornecedores de equipamentos críticos, como geradores elétricos, insumos de saúde e materiais de primeiros socorros e de esterilização, oxigênio, entre outros.	
	Intensificação das ações de prevenção de doenças transmissíveis, como a dengue, Chikungunya, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV/Aids, influenza, sarampo, ebola e outras doenças de interesse para a saúde pública.	
	Providenciar desinfecção ambiental por meio de reforço na higienização ou dedetização, quando for o caso, bem como esterilização materiais e equipamentos pré e pós utilização.	
	Revisar anualmente o plano de preparação para inundações e o plano de resposta para atualizações e ajustes, se necessário.	

6.3.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

No quadro 10 estão relacionados os recursos necessários para responder a esfera municipal de uma ESPIL.

Quadro 10: Ações na ESPIL Cerro Negro II.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Nome do Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
	Ativação do COE em Nível I - alerta	Visa - Eloíse de Jesus Vanin
	Montar Sala de Situação e acionar o comitê de gerenciamento de crise.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS
	Aplicar as ações previstas no PPR-ESP municipal.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin
	Resposta no controle de vetores após a ocorrência de chuvas intensas e seus desdobramentos com inspeções sanitárias para o controle ambiental do <i>Aedes aegypti</i> .	

6.3.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Identificar as áreas e atividades mais prioritárias para a recuperação em curto prazo da funcionalidade dos estabelecimentos de saúde e dos programas, e serviços essenciais necessários para continuar a atenção da saúde da população afetada.	
	Avaliação riscos contaminação ou danos à saúde.	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Reabilitação	Coletar informação sobre as condições de saúde na área afetada depois do desastre.	Visa - Eloíse de Jesus Vanin SMS SMO SMAS Defesa Civil Administração Pública
	Verificar a capacidade operativa dos estabelecimentos e redes de saúde relacionados a infraestrutura física, equipamentos e funcionamento das linhas vitais (água, alimentos, comunicações).	
	Capacidade operativa relacionada a disponibilidade suficiente de recursos humanos em saúde.	
	Solicitar recursos financeiros estadual e federal destinados à atenção da emergência.	
	Realizar reuniões com toda equipe técnica, com objetivo de avaliar a atuação na preparação e resposta aos desastres ocorridos com base nas LIÇÕES APRENDIDAS e, com base nessas, revisar e adequar o plano de preparação e resposta, os protocolos e procedimentos necessários.	

Fonte: o autor

7. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.

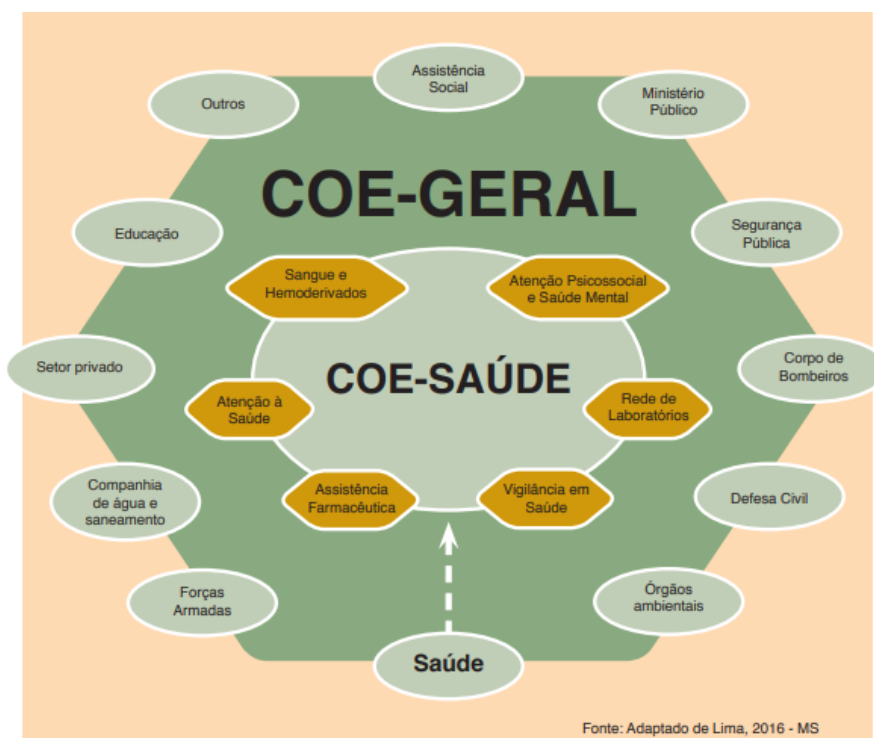
7.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua



estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII). Na figura 13 a organização do COES.

Figura 13: O COE-Saúde e o COE-Geral em Desastres



7.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 11) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Quadro 11: Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Adelar José de Moraes Secretário de Saúde	(49) 9936-3242	saudecerronegro@yahoo.com.br
Kelly Crystiny da Silva Gerente da APS	(49) 9944-5435	kellycryssilva17@outlook.com
Juliana Maria Bessegato Coordenadora da APS	(49) 8848-1277	jmbessegato@bol.com.br
Rucielli Pucci Enfermeira da ESF	(49) 9920-9069	ruciellipucci@hotmail.com
Vanessa Campos Teles Souto Médica ESF	(49) 9934-6810	va_lua@yahoo.com.br
Luciana de Fatima da Silva Técnica de Enfermagem da sala de Vacina	(49) 9983-9500	lucianafsilva72@gmail.com
Isabel Cristina Santos Pereira Farmacêutica	(49) 9826-7085	isabelpereira99@yahoo.com.br
Eloise de Jesus Vanin Vigilância Sanitária	(49) 999439532	vigilanciasanitariacn@outlook.com
Andreza Raithz Diretora de Saúde	(49) 9925-7969	andrezaraitzh@hotmail.com
Chaiany de Fátima Del Soto Técnica Administrativa – Setor TFD	(49) 8842-0180	chaianydelso@gmail.com
Karla Mota Lopes ACE	(49) 999712930	karlalopes290@yahoo.com.br

Fonte: o autor

8. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO

Meios de comunicação locais e regionais disponíveis, tanto para alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de informes e instruções à população sobre as doenças e agravos à saúde por ocorrência de evento adverso, na tabela 09.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Quadro 12: Meios de comunicação locais e regionais para alertas antecipados

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	CONTATO
Rádio Sul FM de Cerro Negro/SC	(49) 3258-0206 Site www.radiosulcn.com.br (1) Rádio SUL FM 87,9 Facebook
Rádio Clube FM de Lages/SC	(49) 3221-3115 Site: www.gruposcc.com.br/radio-clube/ https://www.facebook.com/RadioClubedeLages
Rádio Alegria FM Anita Garibaldi/SC	(49) 3543-0426 Site: www.alegriafm.net Rádio Alegria FM 87,9 MHz Anita Garibaldi SC Facebook
Rbs Tv Sucursal Lages	(49) 3222-5955
Rede Tv Sul Lages	(49) 3221-3121
Scc On Line Internet Lages	(49) 3221-3110
Canal 21 Lages	(49) 3222-7514
Defesa Civil Cerro Negro	(49) 98827-8844 (WhatsApp)
VIGIDEASTRES municipal	(49) 99943-9532 (WhatsApp) vigilanciasanitariacn@outlook.com
Secretário Municipal de Saúde	(49) 99936-3242 (WhatsApp)
Prefeito Municipal Cerro Negro	(49) 98875-1608 (WhatsApp)

Fonte: O autor

9. CAPACITAÇÕES

Todos os profissionais devem ser capacitados em algum momento, mesmo que em grupos separados por especialidade. Os responsáveis pela capacitação devem considerar que existe uma rotatividade de pessoal em cargos e funções dentro do setor saúde, portanto este fator deve ser levado em conta ao se programar a periodicidade das capacitações

A PNAB prevê o desenvolvimento de ações e incentiva a articulação de instituições de ensino, como universidades e escolas técnicas, para formação e garantia de educação permanente aos profissionais de saúde das equipes de AB (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Os exercícios simulados podem ser considerados parte das capacitações para manter os profissionais atuantes no processo de gestão dos riscos de desastres permanentemente atualizados em suas funções específicas e prontos para atuar quando for necessário. Os simulados devem ser realizados contando com a participação de pessoas que têm poder de decisão.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Simulados de desastre têm como objetivo:

- Avaliar a capacidade do setor saúde na tomada de decisão em ações de preparação e resposta, durante a ocorrência de situações de emergências ou desastres, de acordo com o plano de ação previamente estabelecido.
- Validar o plano de preparação e resposta às emergências desenvolvido no município.
- Capacitar o corpo técnico do município na tomada de decisão e execução de ações de resposta às emergências durante a instalação de situação de crise e gestão de informação.
- Contribuir, no início do processo de capacitação, para sensibilizar os profissionais do setor saúde sobre a necessidade de preparo para situações de desastres.

As ações educativas para a comunidade devem ser planejadas pelas equipes da ESF a partir de proposta pedagógica que contribua para uma postura proativa dos moradores em relação às necessidades e problemas apontados. Os ACS podem realizar trabalho educativo visando à melhoria das condições locais essenciais à manutenção da saúde e da qualidade de vida da população envolvendo outros atores, como os próprios moradores, lideranças comunitárias, escolas e organizações não governamentais que já atuam no território.

Os materiais educativos, como folders e cartilhas, podem ser grandes aliados quando bem escolhidos. O Ministério de Saúde (MS) e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) dispõem de uma série de materiais para situação de desastres.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10. REFERÊNCIAS

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE). Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>>. Acesso em: Mai/2023.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). **Painel de Alertas**. Disponível em: <<http://www2.cemaden.gov.br/painelalertas/>>. Acesso em: Mai/2023.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). **Risco de seca na agricultura familiar: janeiro/2022**. Publicado em 20/05/2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/ceaden/pt-br/assuntos/monitoramento/RISAF-Risco-da-seca-na-agricultura-familiar/risco-de-seca-na-agricultura-familiar-janeiro-2022>>. Acesso em: Mai/2023.

CENTRO DE PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC). Monitoramento Brasil. Disponível em: <<http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>>. Acesso em: Mai/2023.

CLIMATEMPO. **Climatologia em Cerro Negro BR**. Disponível em: <<https://www.climatepo.com.br/climatologia/4582/cerronegro-sc>>. Acesso em: Mai/2023.

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Relatório eventos climáticos SC**. Disponível em: <<https://www.defesacivil.sc.gov.br/noticias/relatorio-eventos-climaticos-sc/>>. Acesso em: Mai/2023.

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. Decretação de SE e ECP. Disponível em: <<https://www.defesacivil.sc.gov.br/municipios/decretacao-se-ecp/>>. Acesso em: Mai/2023.

FREITAS, Carlos Machado de. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres** — Rio de Janeiro, ISBN: 978-85-8110-039-5. RJ: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FBDS). **Mapas Cerro Negro**. Disponível em: <https://geo.fbds.org.br/SC/CERRO_NEGRO/MAPAS/>. Acesso em: Mai/2023.

G1 SANTA CATARINA. Cidades do Oeste e da Serra de SC registram destelhamentos e quedas de árvores com vendaval. Publicado em: 31/10/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/31/cidades-do-oeste-e-da-serra->



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

de-sc-registram-destelhamentos-e-quedas-de-arvores-com-vendaval.ghml>. Acesso em: Mai/2023.

GONÇALVES, Fabiane Nunes. **Índices de precipitação para o estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados/Santa Catarina**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/cerro-negro.html>>. Acesso em: Mai/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da Extração Vegetal e Silvicultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa levantamento estatístico**. 2010. Disponível em:
<https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/cerro_negro_v2.pdf>. Acesso em: Mai/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Dados históricos**. Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>>. Acesso em: Mai/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Boletim Agroclimatológico** / Instituto Nacional de Meteorologia. – V.58 n. 01 – (2023) – Brasília: Inmet, 2023. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/> ISSN: 2447-5203>. Acesso em: Mai/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO. Informações gerais: Artesanato de couro. Disponível em: <<https://cerronegro.sc.gov.br/pagina-11667>>. Acesso em: Mai/2023.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE GEOCIÊNCIAS (RIGEO). Relatórios Técnicos. Disponível em: <<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/19638>>. Acesso em: Mai/2023.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE (SES). **Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE)**. Disponível em:
<<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/resultado-busca/geral/10257-rede-de-atencao-as-urgencias-e-emergencias-rue>>. Acesso em: Mai/2023.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Prevenção de desastres**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html>>. Acesso em: Mai/2023.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Anexos

Anexo I: Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Motos niveladoras	03	Secretaria de Obras
Caminhões caçamba	04	
Caminhão prancha	01	
Retros escavadeiras	02	
Escavadeira hidráulica	01	
Rolo compactador	01	
Britador móvel	01	
Pá carregadeira	01	
Automóvel	01	
Camionete S10 com carroceria	01	

Fonte: Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (Obras).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Anexo II: Contatos interinstitucionais

Contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Prefeitura Municipal	Prefeito: Ademilson Conrado	(49) 98875-1608
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	Coordenador: Raélisson Oliveira Santos	(49) 98827-8844
Polícia Militar	Sargento: Nilson Martins	(49) 3258-0123 (49) 99965-7001
Polícia Civil	Agente de Polícia: Léo Milkievisk	(49) 3258-0060 (49) 98501-6755
Secretário de Administração	Secretário: Kauan Martins Calheiro	(49) 3258-0000
Secretário de Finanças	Secretário: Fabiano Mocelin	(49) 99900-3360
Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretária: Jair Batista Martins	(49) 3258 0275 (49) 988477722
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	Secretário: Francisco Cerginel Rodrigues	(49) 99944-4414
Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário: José Erquemides Brunetta	49) 3258-0000
Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente	Secretário: Valdair Antunes Pereira	49) 3258-0000
Secretaria de Educação Cultura e Turismo	Secretária: Sandra Mara Conrado de Jesus	(49) 98821-3834 (49) 3258-0065
Secretaria da Saúde	Secretário: Adelar José de Moraes	(49) 99936-3242
Câmara Municipal de Vereadores	Presidente: Osmar de Moraes	49) 3258-0004
Epagri	Naor Brandão	(49) 3258-6291
Celesc	Gladimir Geremias	(49) 3249-1149
Casan	Leandro Teles de Souza	(49) 3249-1384
Radio Sul FM	Camila Francine Duarte	(49) 3258-0236



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		(49) 98805-4136
Bombeiro Voluntário de Campo Belo do Sul	Fábio Júnior Ribeiro de Oliveira	199 ou (49) 99979-2635
SAMU	Fábio Júnior Ribeiro de Oliveira	192 ou (49) 99979-2635
Engenheiro Agrônomo	Carlos Alberto Ostrowski	(49) 3258-0000
IML	Luiz Carlos Raichert	(49) 3289-8370
Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente	Taila Josiane Souza Silva	(49) 98818-8604
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Vasco Brunetta	(49) 98805-6438
Sindicato dos Servidores Públicos	Margarete Martins de Jesus	(49) 3258-0065



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Anexo III: Roteiro de Avaliação de Danos e Identificação das Necessidades de Saúde em Situações de Desastres



ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE DANOS E IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE EM SITUAÇÕES DE DESASTRES

I - Identificação do desastre

Data de ocorrência/Data de início do evento: _____

Regional de Saúde: _____

Município: _____

Bairro(s): _____

Tipo de desastre:	Sim	Descrição/Observações
Hidrológico		Alagamentos, Enxurradas e Inundações (COBRADE)
Geológico		Deslizamentos de solo e/ou rocha (COBRADE)
Meteorológico		Chuvas intensas, Vendaval, Granizo, Frentes Frias e Ciclones (COBRADE)
Climatológico		Estiagem, Seca e Incêndio Florestal (COBRADE)
Tecnológico		Desastres relacionados à contaminação da água; Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos; Incêndios urbanos; Colapso de Edificações; Queda de estrutura civil; Rompimento/colapso de barragens; Epidemias e Infestações/Pragas (COBRADE e Portaria GM/MS Nº 4.185, de 01 de dezembro de 2022).

II – Avaliação preliminar realizada nas primeiras 24 horas

Dados gerais:	Sim	Não	Parcial (apenas parte dos serviços disponíveis ou atende /afeta parcialmente)	Descrição/Observações
Há prestação dos serviços básicos?				Telecomunicações, energia elétrica, saneamento, abastecimento e acesso aos gêneros alimentícios, dentre outros.
Há prestação de serviços de saúde?				Hospitais, clínicas, centros de saúde, almoxarifados de medicamentos e insumos, salas de imunobiológicos etc.
Há acesso aéreo, terrestre, marítimo e fluvial?				Condições de acesso de locais propícios para a chegada da população para atendimentos; Condições de acesso por vias terrestres, aéreas, marítimas ou fluviais para alcançar a população atingida.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Há condições de serviços de comunicação?			Recursos de comunicação (telefone, internet, etc) em funcionamento para divulgação de alertas e informações.
Há abrigos formados com capacidade para atendimento de todos os desabrigados?			Se sim, qual é a quantidade de abrigo? _____
O evento afetou algum manancial utilizado para captação de água para consumo humano?			Em situações emergenciais, o sistema de abastecimento de água pode ser afetado devido aos eventos de enchentes, derramamento de produtos químicos e deslizamentos de terra, entre outros.
Dados sobre danos humanos e danos nas edificações de saúde:	Total	Não se aplica	Descrição/Observações
Nº de afetados (total)			Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre (desalojado, desabrigado, ferido etc.)
Nº de óbitos			
Nº de feridos			Feridos gravemente ou feridos levemente.
Nº de desaparecidos			Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstância de desastre.
Nº de desabrigados			Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema.
Nº de desalojados			Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema.
Nº de Intoxicados*			Indivíduo exposto a agente tóxico no qual se confirma clínico epidemiologicamente e/ou laboratorialmente a intoxicação (OMS). *Caso tenham ocorrido intoxicações, as equipes de Atenção Primária ou a Vigilância Epidemiológica devem ser alertadas para o preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória do SINAN.
Nº de edificações de saúde danificadas/destruídas			Hospitais, clínicas, centros de saúde etc.

III – Avaliação complementar após 24 horas

Quantificação da população, profissionais de saúde, serviços de saúde e serviços básicos afetados:	Total	Não se aplica
Nº de hospitalizados relacionados ao evento		
Nº de profissionais de saúde atingidos pelo desastre		
Nº de serviços de saúde atingidos (danificados, destruídos ou isolados)		
Nº de acidentes por animais peçonhentos		
Nº de casos suspeitos por tétano acidental		



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº de domicílios com abastecimento de água interrompido		
Nº de domicílios com abastecimento de energia elétrica interrompido		
Nº de estações de esgoto danificadas ou interrompidas		
Nº de farmácias/drogarias com estoque de produtos atingido		
Nº de mercados/supermercados com estoque de produtos atingido		
Nº de comunidades rurais afetadas		
Estado de calamidade/situação de emergência:	Sim	Não
Foi decretado estado de calamidade ou situação de emergência?		
A Secretaria Municipal de Saúde necessita de kits de medicamentos e insumos estratégicos (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022)?		

IV – Manejo dos abrigos

NÃO SE APLICA

☐

Tipo de Abrigo:	Sim	Não	Descrição/Observações	
Abrigo Fixo			Ginásio, clube, igrejas	
Abrigo Móvel			Tendas, barracas	
Localização:	Sim	Não	Descrição/Observações	
Instalado em local de fácil acesso?			Relacionado a estradas, pavimentação, etc.	
Afastado de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Aterros Sanitários?			Facilitam a proliferação de vetores que podem se deslocar para os abrigos	
Em local seguro, livre de alagamentos e deslizamentos?			-	
Próximo a serviços médicos e de assistência farmacêutica?			-	
Capacidade de Acolhimento:	Total			
Número de pessoas atendidas				
Estrutura Física – Condições Gerais:	Sim	Não	Descrição/Observações	
Oferece condições de segurança?			Sem rachaduras, umidades etc.	
Pisos, paredes e teto íntegros?			Pintura, limpeza e conservação	
Iluminação adequada?				
Instalações elétricas adequadas?				
Há ventilação natural ou artificial ou ambas?				

Banheiro/Sanitários são separados por sexo e possuem acesso independente?			
Segurança:	Sim	Não	Descrição/Observações
Há equipamentos de combate a incêndios			Hidras, mangueiras, extintores
Existem saídas de emergência com sinalização apropriada?			
São fornecidas orientações para evacuação da estrutura de forma ordenada?			
Esgotamento Sanitário:	Sim	Não	
Sistema de esgoto com fossa/sumidouro/filtro/valas de infiltração			
Possui ligação à rede pública coletora de esgoto			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Abastecimento de Água:	Sim	Não	Descrição/Observações
Possui ligação à rede pública de abastecimento de água?			
No caso de possuir água de ponteira, poço ou outra fonte alternativa, realiza o tratamento da água para que a mesma seja potável?			Tipos de tratamento: filtração e / ou desinfecção
Possui Caixa d'água () Cisterna ()			Informar capacidade: _____
Caixa d'água possui tampa e tela?			Prevenção da dengue/zika/chicungunya
Periodicidade de limpeza da caixa d'água			
Caso necessite reposição de água nos reservatórios, é observada a procedência e parâmetros de potabilidade exigidos na legislação?			PRT GM/MS N. 888/2021 que altera o Anexo XX da PRCGM/MS N. 05/2017.
Os veículos transportadores de água são usados apenas para finalidade de transporte de água potável?			Carro-pipa de uso exclusivo para transporte de água potável conforme prevê legislação federal e estadual.
Os veículos transportadores de água possuem Alvará Sanitário?			
Gerenciamento do Abrigo:	Sim	Não	
Gerenciamento do abrigo pela Defesa Civil			
Gerenciamento do abrigo pela Assistência Social ou outros (informar)			
Existe policiamento 24 horas por dia?			
Acomodação dos Abrigados:	Sim	Não	
A acomodação das famílias observa padrão mínimo de privacidade?			
As famílias são alojadas respeitando e mantendo a disposição de parentesco, vizinhança e outras afinidades que tinham em suas comunidades?			Recomendável
É previsto espaço para abrigo de animais domésticos fora do abrigo das pessoas?			Não é admitida a presença de animais no mesmo ambiente que as pessoas
Existe controle de entrada e saída de pessoas no abrigo?			
Atuação das Instituições Públicas nos Abrigos:	Sim	Não	Descrição/Observações
Há atuação da Vigilância Sanitária?			Fiscalização água, alimentos, medicamentos, esgotamento sanitário
Há atuação da Vigilância Epidemiológica?			Monitoramento de doenças e incidentes
Há atuação da Atenção Básica?			Atendimento aos abrigados
Há atuação das equipes da Atenção Psicossocial?			Atendimento à Saúde Mental
Há atuação da Vigilância Ambiental?			Controle de vetores e zoonoses
Há atuação da Educação em Saúde?			Informações básicas de saúde individual e coletiva
Há atuação da Assistência Social?			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Há atuação de outras instituições públicas?			Especificar: _____
Alimentos, Medicamentos, Materiais de Limpeza:	Sim	Não	Descrição/Observações
A Gerência do abrigo mantém controle dos alimentos?			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação e processamento
O processamento de alimentos é feito com acompanhamento de nutricionista?			Diário / alternado
São repassadas orientações sobre higienização das mãos antes das refeições?			
A Gerência do abrigo mantém controle da entrada de medicamentos?			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação e processamento
Os medicamentos são mantidos sob estrita guarda e somente dispensados após recomendado por profissional habilitado?			
Os materiais de limpeza, higiene, desinfecção e outros são armazenados e distribuídos regularmente à população abrigada?			
Manutenção:	Sim	Não	Descrição/Observações
É realizada manutenção nas instalações do abrigo?			
São executadas ações de desratização e desinsetização nas instalações, por pessoal qualificado?			Empresa especializada
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos:	Sim	Não	
São disponibilizadas lixeiras em quantidade adequada?			
Os sacos contendo os resíduos sólidos gerados no abrigo são acondicionados em contentores devidamente fechados?			
O tempo de permanência dos contentores nos abrigos é rigorosamente observado?			
Material Informativo/Educativo:	Sim	Não	
É distribuído material informativo à população abrigada sobre higienização das habitações, limpeza e desinfecção das caixas d'água, dentre outros?			
A população abrigada recebe informações necessárias sobre os procedimentos a serem adotados no retorno às residências?			Cuidados com choques elétricos, animais peçonhentos, contato com água e lama das inundações, cuidados com acidentes com materiais cortantes, quedas etc.
Desmobilização do Abrigo:	Sim	Não	
É procedida limpeza geral no abrigo ao final da ocupação?			
A Vigilância Sanitária realizou a distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% aos moradores afetados pelo evento?			

OBS: A Autoridade de Saúde, no exercício de suas atribuições, poderá exigir além dos itens relacionados neste roteiro, outros que se fizerem necessários para a garantia da saúde dos abrigados.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

V – Inspeção do Veículo Transportador de Água Potável em Situações de Desastres NÃO SE APLICA

☐

Exigências	Sim	Não	Referência
Existem informações sobre a origem da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 XX. NT DIVS 04/2021 itens 2.5 e 2.7.
Se sim, qual a fonte, data e horário do abastecimento:			
Existem informações sobre a qualidade da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 I, XIII. NT DIVS 04/2021 item 2.8
Existe autorização para o transporte e fornecimento de água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 XIX, 16 I, V. NT DIVS 04/2021 itens 1.4 e 2.1
O veículo possui a identificação “ÁGUA POTÁVEL” no tanque?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 VII. NT DIVS 04/2021 item 2.3
O tanque do caminhão é de material anticorrosivo e não tóxico?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 III, IV. NT DIVS 04/2021 item 3.3
Os tanques são providos de bocais protegidos, de modo a prevenir a contaminação da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 III, IV. NT DIVS 04/2021 itens 2.4 e 2.6
O estado de conservação do tanque é satisfatório?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 III, IV. NT DIVS 04/2021 item 2.4 e 2.6
O tanque é provido de tampa adequada, inclusive para inspeção e higienização?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 IV. NT DIVS 04/2021 item 3.2



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Os dispositivos de abastecimento de água são adequados esanitariamente seguros?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 II, 16 III, IV. NT DIVS 04/2021 item 3.2
Existe controle de qualidade da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 I, XI. Decreto nº 1846/2018 Art. 51 e 52. NT DIVS 04/2021 itens 2.8 e 3.1
Existem registros sobre a qualidade da água transportada?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 XII, XIII. NT DIVS 04/2021 itens 2.8 e 3.1
O teor de cloro residual mínimo na água é observado?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 VI. NT DIVS 04/2021 item 2.9
As mangueiras estão protegidas durante o transporte?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 II, 16 IV. NT DIVS 04/2021 item 3.2
É realizada a desinfecção periódica no tanque?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 16 III. NT DIVS 04/2021 item 3.5
O caminhão pipa possui licença (Alvará Sanitário) para operar?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) - Art. 16, I e II. NT DIVS 04/2021 item 2.2

Nome do Responsável:	
Autoridade de Saúde:	

DATA: ____/____/____.



Anexo IV: Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade)

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	Vibrações do terreno que provocam oscilações verticais e horizontais na superfície da Terra (ondas sísmicas). Pode ser natural (tectônica) ou induzido (explosões, injeção profunda de líquidos e gás, extração de fluidos, alívio de carga de minas, enchimento de lagos artificiais).	1.1.1.1.0	
		2. Tsunami	0	Série de ondas geradas por deslocamento de um grande volume de água causado geralmente por terremotos, erupções vulcânicas ou movimentos de massa.	1.1.1.2.0	
	2. Emissão vulcânica	0	0	Produtos/materiais vulcânicos lançados na atmosfera a partir de erupções vulcânicas.	1.1.2.0.0	
	3. Movimento de massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descaçamento).	1.1.3.1.1	
			2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2	
			3. Matacões	Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. NATURAIS				4. Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4	
			2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	
	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	1. Geológico		3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1	
				2. Rocha/ Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrimento, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2	
			4. Subsidiências e colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0	
		4. Erosão	1. Erosão costeira/Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0	
			2. Erosão de margem fluvial	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0	
			3. Erosão continental	1. Laminar	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
				2. Ravinas	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2. Hidrológico				3. Boçorocas	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3	
	1. Inundações	0	0		Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
	2. Enxurradas	0	0		Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
	3. Alagamentos	0	0		Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	
	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones		1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1	
				2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

			2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca de temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0	
		2. Tempestades	1. Tempestade local/Convectiva	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1	
				2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2	
				3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3	
				4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	
				5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5	
		3. Temperaturas extremas	1. Onda de calor	0	É um período prolongado de tempo excessivamente quente e desconfortável, onde as temperaturas ficam acima de um valor normal esperado para aquela região em determinado período do ano. Geralmente é adotado um período mínimo de três dias com temperaturas 5°C acima dos valores máximos médios.	1.3.3.1.0	
	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	3. Meteorológico		2. Onda de frio	1. Friagem	Período de tempo que dura, no mínimo, de três a quatro dias, e os valores de temperatura mínima do ar ficam abaixo dos valores esperados para determinada região em um período do ano.	1.3.3.2.1	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4. Climatológico	1. Seca	1. Estiagem	2. Geadas	Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta.	1.3.3.2.2	
			0	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0	
	3. Incêndio florestal	2. Seca	0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0	
		1. Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais	0	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1	
				Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2	
		4. Baixa umidade do ar	0	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0	
	1. Epidemias	1. Doenças infecciosas virais	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0	
		2. Doenças infecciosas bacterianas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por bactérias.	1.5.1.2.0	
		3. Doenças infecciosas parasíticas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por parasitas.	1.5.1.3.0	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

			as				
			4. Doenças infecciosas fúngicas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por fungos.	1.5.1.4.0	
1. NATURAIS	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	5. Biológico	2. Infestações/ Pragas	1. Infestações deanimais	0	Infestações por animais que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.1.0	
			2. Infestações dealgas	1. Marés vermelhas	Aglomeração de microalgas em água doce ou em água salgada suficiente para causar alterações físicas, químicas ou biológicas em sua composição, caracterizada por uma mudança de cor, tornando-se amarela, laranja, vermelha ou marrom.	1.5.2.2.1	
				2. Cianobactérias em reservatórios	Aglomeração de cianobactérias em reservatórios receptores de descargas de dejetos domésticos, industriais e/ou agrícolas, provocando alterações das propriedades físicas, químicas ou biológicas da água.	1.5.2.2.2	
			3. Outras infestações	0	Infestações que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.3.0	
2. TECNOLÓGICOS	1. Desastres relacionados a substâncias radioativas	1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	Queda de satélites que possuem, na sua composição, motores ou corpos radioativos, podendo ocasionar a liberação deste material.	2.1.1.1.0	
		2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	Escapamento acidental de radiação que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 da CNEN.	2.1.2.1.0	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2. TECNOLÓGICOS		3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	Escapamento acidental ou não acidental de radiação originária de fontes radioativas diversas e que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 e NN 3.01/011:2011 da CNEN.	2.1.3.1.0	
	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamento com extravasamento ou de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	Liberação de produtos químicos diversos para o ambiente, provocada por explosão/ incêndio em plantas industriais ou outossítios.	2.2.1.1.0	
2. TECNOLÓGICOS	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	Derramamento de produtos químicos diversos em um sistema de abastecimento de água potável, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas, biológicas.	2.2.2.1.0	
			2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquífero	0	Derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas.	2.2.2.2.0	
		3. Desastres relacionados a conflitos bélicos	1. Liberação de produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares	0	Agente de natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica, considerado como perigoso, e que pode ser utilizado intencionalmente por terroristas ou grupos militares em atentados ou em caso de guerra.	2.2.3.1.0	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2. TECNOLÓGICOS						
3. Desastres relacionados a incêndios urbanos	4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário.	2.2.4.1.0	
		2. Transporte ferroviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal ferroviário.	2.2.4.2.0	
		3. Transporte aéreo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aéreo.	2.2.4.3.0	
		4. Transporte dutoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário.	2.2.4.4.0	
		5. Transporte marítimo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal marítimo.	2.2.4.5.0	
		6. Transporte aquaviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aquaviário.	2.2.4.6.0	
	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	0	Propagação descontrolada do fogo em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	2.3.1.1.0	
		2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	Propagação descontrolada do fogo em conjuntos habitacionais de grande densidade.	2.3.1.2.0	
GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	Queda de estrutura civil.	2.4.1.0.0	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2. TECNOLÓGICOS	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0	
		1. Transporte rodoviário	0	0	Acidente no modal rodoviário envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.1.0.0	
		2. Transporte ferroviário	0	0	Acidente com a participação direta de veículo ferroviário de transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.2.0.0	
		3. Transporte aéreo	0	0	Acidente no modal aéreo envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.3.0.0	
		4. Transporte marítimo	0	0	Acidente com embarcações marítimas destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.4.0.0	
		5. Transporte aquaviário	0	0	Acidente com embarcações destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.5.0.0	